

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO: MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO: SELVIRIA

Relatório Anual de Gestão 2025

EDGAR BARBOSA DOS SANTOS
Secretário(a) de Saúde

Sumário

1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde
- 1.8. Casa Legislativa

2. Introdução

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação por local de residência
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

7. Programação Anual de Saúde - PAS

- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

9. Execução Orçamentária e Financeira

- 9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica
- 9.2. Indicadores financeiros
- 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho
- 9.5. Relatório de Execução de Recursos Repassados por Emenda Parlamentar

10. Auditorias

11. Análises e Considerações Gerais

12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	MS
Município	SELVÍRIA
Região de Saúde	Leste
Área	3.258,65 Km²
População	8.716 Hab
Densidade Populacional	3 Hab/Km²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 03/11/2025

1.2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SELVIRIA
Número CNES	7166257
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	15410665000140
Endereço	AVENIDA JOAO SELVIRIO DE SOUZA 926
Email	saude@selviria.ms.gov.br
Telefone	67 3579-1235

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 03/11/2025

1.3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	JAIME SOARES FERREIRA
Secretário(a) de Saúde cadastrado no período	EDGAR BARBOSA DOS SANTOS
E-mail secretário(a)	saude@selviria.ms.gov.br
Telefone secretário(a)	6735791243

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 03/11/2025

Período de referência: 01/08/2025 - 31/12/2025

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	Informação indisponível na base de dados do SIOPS
Data de criação	Informação indisponível na base de dados do SIOPS
CNPJ	Informação indisponível na base de dados do SIOPS
Natureza Jurídica	Informação indisponível na base de dados do SIOPS
Nome do Gestor do Fundo	Informação indisponível na base de dados do SIOPS

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 03/11/2025

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2022-2025
Status do Plano	Aprovado

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 10/09/2025

1.6. Informações sobre Regionalização

Município	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade
BATAGUASSU	2416.718	24222	10,02
BRASILÂNDIA	5806.892	11833	2,04
SANTA RITA DO PARDO	6141.615	7165	1,17
SELVÍRIA	3258.653	8716	2,67
TRÊS LAGOAS	10206.37	143523	14,06
ÁGUA CLARA	11031.073	17901	1,62

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Ano de referência: 2025

Não há informações cadastradas para o período do Conselho de Saúde

1.8. Casa Legislativa

1º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa



2º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa



3º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa



• Considerações

O presente Relatório Anual de Gestão (RAG) do município de Selvíria/MS apresenta as informações referentes à organização administrativa, territorial e de gestão do Sistema Único de Saúde no período de 2025, conforme dados disponibilizados pelos sistemas oficiais do Ministério da Saúde, especialmente o DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento, Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde e DATASUS.

O município de Selvíria integra a Região de Saúde Leste do Estado de Mato Grosso do Sul, caracterizando-se por baixa densidade demográfica e grande extensão territorial, fatores que impactam diretamente na organização da rede de atenção à saúde e no acesso da população aos serviços.

Destaca-se que a Secretaria Municipal de Saúde não possui CNPJ próprio, sendo a execução orçamentária e financeira realizada por meio do Fundo Municipal de Saúde, conforme preconiza a legislação vigente do SUS.

Quanto às informações relativas ao Fundo Municipal de Saúde e ao Conselho Municipal de Saúde, ressalta-se que ambos encontram-se instituídos e em funcionamento regular, sendo que eventuais inconsistências cadastrais identificadas nos sistemas oficiais estão em processo de atualização, não comprometendo a execução das ações e serviços públicos de saúde.

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

O presente Relatório Anual de Gestão (RAG) do município de Selvíria/MS tem por finalidade apresentar os resultados alcançados no exercício de 2025, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com os instrumentos de planejamento e gestão, especialmente o Plano Municipal de Saúde 2022, 2025 e a Programação Anual de Saúde (PAS) correspondente ao período.

Este relatório constitui instrumento essencial de transparência, monitoramento e avaliação das ações e serviços públicos de saúde, conforme preconizado pela Lei Complementar nº 141/2012 e pela Lei nº 8.080/1990, permitindo a análise do desempenho da gestão municipal e subsidiando o processo de tomada de decisão.

A elaboração do RAG foi realizada a partir da consolidação de dados oriundos dos sistemas oficiais do Ministério da Saúde, com destaque para o DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento, o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde e as bases do DATASUS, garantindo fidedignidade, rastreabilidade e consistência das informações apresentadas.

O município de Selvíria integra a Região de Saúde Leste do Estado de Mato Grosso do Sul, caracterizada por ampla extensão territorial, baixa densidade populacional e dependência de municípios de referência para a oferta de serviços de média e alta complexidade, o que impõe desafios relacionados ao acesso, à regulação assistencial e à organização das redes de atenção à saúde, em consonância com os princípios da regionalização e hierarquização previstos no SUS.

Durante o exercício de 2025, a gestão municipal concentrou esforços na qualificação da Atenção Primária à Saúde como ordenadora do cuidado, no fortalecimento das ações de vigilância em saúde, na ampliação do acesso aos serviços e na melhoria dos processos de planejamento, regulação e financiamento, com vistas à integralidade da assistência e à melhoria dos indicadores de saúde da população.

Ressalta-se que o presente relatório não se limita à descrição de dados quantitativos, mas busca apresentar uma análise crítica dos resultados alcançados, das dificuldades enfrentadas e das estratégias adotadas pela gestão municipal, contribuindo para o aprimoramento contínuo das políticas públicas de saúde e para o fortalecimento do controle social.

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

A disponibilização dos dados do SINASC, SIM e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DAENT/SVSA e DRAC/SAES

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2025

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	270	264	534
5 a 9 anos	295	307	602
10 a 14 anos	319	320	639
15 a 19 anos	307	302	609
20 a 29 anos	629	621	1.250
30 a 39 anos	637	612	1.249
40 a 49 anos	663	597	1.260
50 a 59 anos	569	544	1.113
60 a 69 anos	434	408	842
70 a 79 anos	227	210	437
80 anos e mais	105	76	181
Total	4.455	4.261	8.716

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)

Data da consulta: 12/04/2026.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2021	2022	2023	2024
SELVIRIA	72	76	108	71

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)

Data da consulta: 12/04/2026.

3.3. Principais causas de internação por local de residência

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2021	2022	2023	2024	2025
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	47	12	13	14	39
II. Neoplasias (tumores)	19	33	34	36	27
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	1	3	1	3
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	6	-	8	10	8
V. Transtornos mentais e comportamentais	7	4	4	8	14
VI. Doenças do sistema nervoso	3	6	3	11	4
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	1
IX. Doenças do aparelho circulatório	48	29	97	42	32
X. Doenças do aparelho respiratório	15	33	41	52	49
XI. Doenças do aparelho digestivo	26	29	49	55	50
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	7	2	4	6	7
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1	5	4	4	11
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	20	18	30	37	26

XV. Gravidez parto e puerpério	45	54	61	35	25
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	5	5	4	8	2
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	2	1	-	2
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	2	3	1	8
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	30	27	52	43	38
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	2	2	1	1	2
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	281	264	412	364	348

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 12/04/2026.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2021	2022	2023	2024
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	16	5	3	1
II. Neoplasias (tumores)	7	13	9	9
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	2	2	6
V. Transtornos mentais e comportamentais	1	1	1	2
VI. Doenças do sistema nervoso	3	1	1	2
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	19	16	20	26
X. Doenças do aparelho respiratório	6	8	6	6
XI. Doenças do aparelho digestivo	2	4	4	4
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	1
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	1	1	2	2
XV. Gravidez parto e puerpério	2	-	-	-
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	1	1	1	-
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	-	-	-
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	4	2	10	1
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	1	9	14	3
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-
XXII.Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-
Total	63	63	73	63

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)

Data da consulta: 12/04/2026.

- Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

O município apresenta, no período analisado, um perfil demográfico e epidemiológico compatível com o processo de transição, caracterizado pela coexistência de uma população economicamente ativa predominante, uma base jovem ainda relevante e um contingente crescente de idosos. Essa configuração impõe desafios à gestão do sistema de saúde, exigindo a organização da Atenção Primária à Saúde de forma resolutiva, com enfoque no cuidado ao longo do ciclo de vida, estratificação de risco e acompanhamento contínuo das condições crônicas.

Observa-se oscilação no número de nascidos vivos ao longo dos anos, com redução mais recente, indicando possível tendência de queda da fecundidade ou variações decorrentes de fatores migratórios e de registro. Esse comportamento demanda monitoramento contínuo para adequado dimensionamento das ações voltadas à saúde materno-infantil, especialmente no que se refere à qualificação do pré-natal, puerpério e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil.

No que se refere à morbidade hospitalar, destaca-se a predominância de internações por doenças do aparelho digestivo, respiratório, infecciosas e parasitárias, além das causas externas e doenças do aparelho circulatório. Chama atenção o aumento das internações por doenças infecciosas e parasitárias no último ano, indicando a necessidade de intensificação das ações de vigilância em saúde e controle de agravos. As causas externas permanecem com participação expressiva, reforçando a importância de estratégias intersetoriais de prevenção de acidentes e violências. Observa-se ainda crescimento das internações por transtornos mentais e comportamentais, evidenciando a necessidade de fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial. Em contrapartida, verifica-se redução das internações relacionadas à gravidez, parto e puerpério, possivelmente associada à diminuição dos nascidos vivos ou reorganização da assistência.

A análise da mortalidade demonstra estabilidade no número total de óbitos, com predomínio das doenças do aparelho circulatório como principal causa, seguidas pelas neoplasias, doenças respiratórias e doenças endócrinas e metabólicas, evidenciando a relevância das doenças crônicas não transmissíveis no perfil local. Observa-se redução das mortes por doenças infecciosas ao longo dos anos e diminuição das causas externas no último período analisado, sugerindo impacto positivo de ações de prevenção. Por outro lado, o aumento das mortes por doenças endócrinas e metabólicas sinaliza a necessidade de intensificação das ações de promoção da saúde e controle dos fatores de risco.

Diante desse cenário, reforça-se a necessidade de fortalecimento da Atenção Primária à Saúde como ordenadora do cuidado, com ampliação das ações de promoção e prevenção, qualificação do acompanhamento das condições crônicas, intensificação da vigilância em saúde e desenvolvimento de estratégias voltadas à saúde mental, redução de acidentes e violências e atenção integral à pessoa idosa. Essas medidas são essenciais para garantir maior resolutividade, integralidade e eficiência na gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

A disponibilização dos dados do SIS AB, SIA e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DESF/SAPS e DRAC/SAES

4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	62.829
Atendimento Individual	16.641
Procedimento	34.562
Atendimento Odontológico	2.090

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Acoes de promocao e prevencao em saude	1	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnostica	-	-	-	-
03 Procedimentos clinicos	6	17,93	-	-
04 Procedimentos cirurgicos	1	-	-	-
05 Transplantes de orgaos, tecidos e celulas	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Orteses, proteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Acoes complementares da atencao a saude	-	-	-	-
09				
Procedimentos para Ofertas de Cuidados Integrados"	-	-	-	-
Total	8	17,93	-	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 12/04/2026.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Não há informações cadastradas para o período

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Acoes de promocao e prevencao em saude	24.200	10,80	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnostica	26.368	82.305,27	-	-
03 Procedimentos clinicos	81.251	115.172,25	-	-
04 Procedimentos cirurgicos	424	2.164,16	-	-
05 Transplantes de orgaos, tecidos e celulas	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Orteses, proteses e materiais especiais	-	-	-	-

08 Acoes complementares da atencao a saude	1.171	5.796,45	-	-
09				
Procedimentos para Ofertas de Cuidados Integrados"	-	-	-	-
Total	133.414	205.448,93	-	-

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 12/04/2026.

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Acoes de promocao e prevencao em saude	667	-
02 Procedimentos com finalidade diagnostica	298	-
03 Procedimentos clinicos	7	-
Total	972	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 12/04/2026.

• Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

A análise da produção de serviços no Sistema Único de Saúde no município evidencia o papel central da Atenção Primária à Saúde como principal porta de entrada e ordenadora do cuidado. No período analisado, observa-se elevado quantitativo de ações, com destaque para 62.829 visitas domiciliares, demonstrando forte atuação das equipes no território, especialmente por meio dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. Os atendimentos individuais (16.641) e a realização de procedimentos (34.562) reforçam a capacidade assistencial instalada na Atenção Básica, evidenciando acesso ampliado da população aos serviços de saúde. A produção odontológica, com 2.090 atendimentos, indica oferta regular de ações de saúde bucal, ainda que com potencial de ampliação conforme as necessidades da população.

No que se refere à produção de urgência e emergência, observa-se baixo registro de procedimentos nos sistemas de informação, com apenas 8 procedimentos aprovados no âmbito ambulatorial e ausência de registros hospitalares no período. Destaca-se que esse cenário não reflete a real demanda atendida no pronto atendimento municipal, evidenciando falhas no lançamento da produção como ambulatorial no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS). Tal inconsistência aponta para subnotificação dos atendimentos realizados, o que pode comprometer a fidedignidade das informações, impactar o financiamento e dificultar o adequado planejamento das ações de saúde. Nesse sentido, torna-se necessário a qualificação dos processos de registro, com revisão de fluxos, capacitação das equipes e monitoramento sistemático da alimentação dos sistemas de informação.

A produção ambulatorial especializada apresenta volume expressivo, totalizando 133.414 procedimentos aprovados, com predominância de procedimentos clínicos (81.251) e diagnósticos (26.368), demonstrando importante utilização dos serviços especializados e de apoio diagnóstico. As ações de promoção e prevenção também se destacam, com 24.200 registros, reforçando a diretriz do SUS voltada à prevenção de agravos e promoção da saúde. Observa-se, contudo, baixa realização de procedimentos cirúrgicos, o que pode indicar dependência de serviços de referência regional para atendimentos de maior complexidade.

Em relação à Atenção Psicossocial, não há registros de produção no período analisado, o que pode indicar subregistro das ações realizadas ou fragilidade na estruturação e/ou alimentação dos sistemas de informação. Esse achado merece atenção, sobretudo diante do aumento das internações por transtornos mentais observado nos dados de morbidade, evidenciando a necessidade de fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial no município.

No componente da Assistência Farmacêutica, ressalta-se que não há produção registrada sob gestão municipal referente ao componente especializado, por se tratar de responsabilidade da esfera estadual, estando essa organização em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde.

A produção de Vigilância em Saúde totalizou 972 procedimentos, com predominância de ações de promoção e prevenção, seguidas por procedimentos diagnósticos, demonstrando atuação ativa da vigilância no território. No entanto, considerando o aumento recente de doenças infecciosas e parasitárias, observa-se a necessidade de ampliação e intensificação dessas ações, especialmente no que se refere à prevenção e controle de agravos.

De forma geral, os dados evidenciam boa capacidade operacional da Atenção Primária e da atenção ambulatorial, com forte atuação territorial e foco em ações clínicas e preventivas. Entretanto, persistem fragilidades relacionadas à qualidade dos registros nos sistemas de informação, especialmente na produção do pronto atendimento e na atenção psicossocial, além da dependência de serviços especializados e hospitalares de outros municípios. Diante desse cenário, recomenda-se o fortalecimento da qualificação dos registros, a ampliação das ações de saúde mental, a organização das redes de atenção e a consolidação da Atenção Primária como coordenadora do cuidado, visando maior resolutividade, integralidade e eficiência na assistência prestada à população.

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 12/2025

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	0	0	1	1
PRONTO ATENDIMENTO	0	0	1	1
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	0	0	1	1
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	0	1	1
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	4	4
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	0	0	1	1
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	0	0	1	1
Total	0	0	10	10

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 03/11/2025.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2025

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
ADMINISTRACAO PUBLICA				
MUNICIPIO	9	0	0	9
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	1	0	0	1
Total	10	0	0	10

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 03/11/2025.

5.3. Consórcios em saúde

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde

• Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

A rede física prestadora de serviços ao Sistema Único de Saúde no município, no período de dezembro de 2025, é composta por 10 estabelecimentos de saúde, todos sob gestão municipal, evidenciando a centralização da oferta de serviços na esfera local. Dentre os estabelecimentos existentes, destacam-se 4 Unidades Básicas de Saúde, que estruturam a Atenção Primária e atuam como principal porta de entrada do sistema, além de um pronto atendimento, um laboratório de saúde pública, uma unidade de apoio diagnóstico e terapêutico, uma clínica/centro de especialidades, uma central de regulação do acesso e uma central de gestão em saúde. Essa configuração demonstra uma rede organizada, com capacidade de ofertar serviços básicos, apoio diagnóstico e encaminhamento regulado para outros níveis de atenção.

No que se refere à natureza jurídica, observa-se predominância da administração pública municipal, responsável por 9 dos 10 estabelecimentos, com a presença de apenas um estabelecimento classificado como entidade empresarial privada, prestador de serviços ao SUS. Esse cenário reforça o protagonismo do município na gestão e execução das ações e serviços de saúde, garantindo maior governabilidade sobre a rede assistencial.

Destaca-se que o município não está vinculado a consórcio público em saúde, o que implica maior responsabilidade na organização da rede e na articulação com serviços de referência regionais, especialmente para atendimentos de média e alta complexidade.

Importante ressaltar que o município encontra-se em processo de mudanças estruturais voltadas à qualificação da rede física e à melhoria das condições de atendimento à população. Nesse contexto, está em andamento a reorganização de serviços estratégicos, com destaque para o laboratório municipal, que em breve passará a funcionar em prédio próprio, proporcionando melhores condições operacionais e maior resolutividade diagnóstica. Da mesma forma, a assistência farmacêutica já conta com espaço físico próprio, contribuindo para a qualificação do armazenamento, dispensação de medicamentos e organização do serviço.

De forma geral, a rede física apresenta cobertura adequada para o porte populacional do município, com base na Atenção Primária estruturada e serviços de apoio organizados. Entretanto, observa-se a necessidade de contínua qualificação da infraestrutura, fortalecimento da integração entre os pontos de atenção e aprimoramento dos

sistemas de informação, especialmente o CNES, garantindo a fidedignidade dos dados e subsidiando o planejamento e a tomada de decisão na gestão do Sistema Único de Saúde.

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 02/2025

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1)	Autônomos (0209, 0210)	17	0	2	0	0
	Bolsistas (07)	2	0	0	0	0
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	4	10	11	44	10
	Intermediados por outra entidade (08)	0	1	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	0	4	2	5	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 21/04/2026.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2021	2022	2023	2024	
Privada (NJ grupos 2, 4 e 5)						
Pública (NJ grupo 1)	Autônomos (0209, 0210)	1	12	21	31	
	Bolsistas (07)	1	2	2	1	
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	65	65	82	93	
	Intermediados por outra entidade (08)	15	0	0	0	

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2021	2022	2023	2024	
Privada (NJ grupos 2, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	1	0	0	0	
Pública (NJ grupo 1)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	33	26	31	33	

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 21/04/2026.

• Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

A análise dos profissionais de saúde atuantes no Sistema Único de Saúde no município, com base nos dados do CNES para dezembro de 2025, evidencia uma força de trabalho predominantemente vinculada à administração pública municipal, com diversidade de vínculos e composição multiprofissional. Observa-se a presença de médicos, enfermeiros, profissionais de nível superior e médio, além de Agentes Comunitários de Saúde, distribuídos entre diferentes formas de contratação, com destaque para os vínculos estatutários e empregados públicos, que representam a principal forma de inserção dos trabalhadores no sistema.

Os dados demonstram quantitativo relevante de profissionais estatutários, indicando maior estabilidade das equipes, especialmente na Atenção Primária à Saúde, o que contribui para a continuidade do cuidado e fortalecimento do vínculo com a população. Por outro lado, observa-se também a presença de vínculos autônomos e contratos temporários, sobretudo entre profissionais médicos e parte da equipe de enfermagem, evidenciando a necessidade de estratégias de provimento e fixação desses profissionais no território.

A série histórica aponta crescimento progressivo do número de vínculos estatutários entre 2021 e 2024, passando de 65 para 93 postos de trabalho, o que demonstra esforço da gestão na estruturação de vínculos mais estáveis. Em contrapartida, verifica-se aumento expressivo de contratações na modalidade autônoma ao longo dos anos, indicando possível dificuldade na fixação de profissionais, especialmente médicos, e necessidade de complementação da força de trabalho por meio de vínculos mais flexíveis.

Destaca-se que, com o encerramento do contrato com Organização Social ocorrido em janeiro de 2025, houve reestruturação significativa na composição da força de trabalho. Os profissionais responsáveis pelo atendimento ambulatorial e do pronto atendimento passaram a ser contratados por meio de processo seletivo público, garantindo maior transparência e adequação às normativas da administração pública. No que se refere aos profissionais médicos, informa-se que o município se encontra em fase final de processo licitatório para contratação, o que pode impactar temporariamente a oferta de serviços e reforça a importância de monitoramento contínuo da assistência.

De modo geral, a força de trabalho em saúde do município apresenta capacidade instalada compatível com a organização da rede, porém ainda com desafios relacionados à fixação de profissionais, especialmente médicos, e à redução da dependência de vínculos precários. Nesse contexto, recomenda-se o fortalecimento de políticas de gestão do trabalho e educação na saúde, com incentivo à qualificação profissional, ampliação de vínculos estáveis e estratégias de provimento que garantam continuidade,

resolutividade e qualidade na assistência prestada à população.

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - GARANTIR O ACESSO A SERVIÇOS DE QUALIDADE MEDIANTE AO APRIMORAMENTO DA POLITICA DE ATENÇÃO PRIMARIA A SAÚDE

OBJETIVO Nº 1.1 - ORGANIZAR E QUALIFICAR A ATENÇÃO PRIMARIA A SAÚDE

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter Cobertura Populacional da Atenção Básica	Percentual de Cobertura Populacional da Atenção Básica	Percentual	2020	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter o quantitativo de equipes de Saúde da Família (eSF) conforme o credenciamento vigente;									
Ação Nº 2 - Atualizar mensalmente o cadastro dos usuários da APS no e-SUS, garantindo a vinculação correta da população às equipes;									
Ação Nº 3 - Promover ações de busca ativa para atualização do cadastro individual e domiciliar, com enfoque nos territórios com menor cobertura;									
Ação Nº 4 - Realizar campanhas de divulgação e educação em saúde para estimular o cadastro da população e o uso dos serviços da APS.									
2. Manter os cadastros da população dos ESF	Percentual de cadastros da população pela Atenção primaria	Percentual	2020	100,00	100,00	100,00	Percentual	90,00	90,00
Ação Nº 1 - Realizar atualização periódica dos cadastros individuais e domiciliares dos usuários no e-SUS AB;									
Ação Nº 2 - Realizar visitas domiciliares de busca ativa para atualização cadastral, priorizando áreas com alto índice de cadastros desatualizados;									
Ação Nº 3 - Capacitar as equipes de Saúde da Família quanto às boas práticas de registro e atualização dos cadastros no e-SUS e SISTEMA PROPRIO ;									
Ação Nº 4 - Monitorar mensalmente os dados de cobertura cadastral e realizar ajustes nas microáreas com menor cobertura.									
3. Ampliar a Cobertura de Saúde Bucal	Percentual de cobertura de saúde bucal	Percentual	2019	87,62	100,00	95,00	Percentual	100,00	105,26
Ação Nº 1 - Realizar credenciamento de profissional para atender área rural e Solicitar via SIAPS custeio do ESF Rural o ESF Véstia									
Ação Nº 2 - Realizar campanhas educativas para informar a população sobre a importância da saúde bucal e os serviços disponíveis;									
Ação Nº 3 - Implementar programas de saúde bucal nas escolas, incluindo check-ups regulares e educação em higiene bucal;									
Ação Nº 4 - Garantir que tratamentos odontológicos, como restaurações e extrações, sejam acessíveis para todos, especialmente para populações vulneráveis.									
4. Implantar o programa Brasil Sorridente com a distribuição de Prótese dentaria no município.	Programa implantado	Número	2020	0	1	Não programada	Número		
5. Manter a cobertura das condicionalidades de saúde bolsa família	Percentual de acompanhamento beneficiários bolsa família	Percentual	2020	80,00	80,00	80,00	Percentual	98,00	122,50
Ação Nº 1 - Garantir que as famílias beneficiárias cumpram as condicionalidades de saúde exigidas pelo programa;									
Ação Nº 2 - Capacitar os ACS para que possam orientar as famílias sobre as condicionalidades do programa e a importância da saúde preventiva. Incluir treinamentos sobre como identificar barreiras que possam impedir o cumprimento das condicionalidades (acesso a serviços, desinformação, etc.);									
Ação Nº 3 - Realizar campanhas periódicas sobre vacinação, pré-natal, acompanhamento de crianças, entre outros temas que integram as condicionalidades, utilizando múltiplos meios de comunicação;									
Ação Nº 4 - Organizar mutirões de vacinação, consultas e exames preventivos para facilitar o cumprimento das condicionalidades;									
Ação Nº 5 - Realizar um cruzamento de dados entre a Saúde e o CadÚnico para verificar quem não está cumprindo as condicionalidades e tomar ações para regularizar a situação;									
Ação Nº 6 - Aumentar a inclusão de grupos vulneráveis no sistema de saúde.									
6. Ampliar o acompanhamento de pacientes com HAS e DM na aferição de pressão arterial e realização de exames de hemoglobina glicada	Percentual de acompanhamento	Percentual	2019	50,00	80,00	0,00	Percentual	72,00	0

Ação Nº 1 - Planejar, programar e avaliar as ações relativas à saúde da pessoa adulta e idosa

Ação Nº 2 - Realiza acompanhamento de hipertensão arterial e diabetes com programas do hiperdia

Ação Nº 3 - Organizar workshops, treinamentos e atualizações periódicas sobre as melhores práticas de monitoramento e controle da HAS e DM;

Ação Nº 4 - Garantir que os pacientes com DM realizem a hemoglobina glicada conforme as recomendações médicas;

Ação Nº 5 - Melhorar a adesão ao tratamento e aos cuidados preventivos entre os pacientes com HAS e DM.

Ação Nº 6 - CREDENCIAR SEOR TERCEIRO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS QUE NÃO SÃO REALIZADOS NO LABORATORIO MUNICIPAL.

7. Atingir as metas orientadas pelas ações do programa previne Brasil.	Percentual de metas atingidas	Percentual	2021	30,00	100,00	Não programada	Percentual		
8. Fortalecer e implantar nos ESF as ações de Estratificação de Risco (familiar, individual, hipertensos, diabéticos, gestantes e idosos).	Nº de unidades realizando	Número	2020	0	3	3	Número	1,00	33,33

Ação Nº 1 - Capacitação da equipe multiprofissional sobre protocolos de estratificação de risco (hipertensão, diabetes, saúde do idoso, saúde mental, risco familiar e social);

Ação Nº 2 - Definição de fluxos de atendimento para casos classificados como baixo, médio e alto risco;

Ação Nº 3 - Identificação e cadastro das famílias e indivíduos em situação de risco nos sistemas (e-SUS AB / PEC);

Ação Nº 4 - registro e atualização periódica da estratificação nos prontuários;

Ação Nº 5 - Monitoramento de fatores sociais (desemprego, vulnerabilidade, violência);

Ação Nº 6 - rupos operativos: hipertensos, diabéticos, gestantes de alto risco, idosos frágeis;

Ação Nº 7 - Visitas domiciliares dos ACS e acompanhamento multiprofissional direcionado pelo risco.

OBJETIVO Nº 1.2 - ORGANIZAR A REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE MATERNA E INFANTIL

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter a taxa de mortalidade infantil	Nº de óbitos	Número	2020	0	0	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Fortalecer o pré-natal, garantindo a primeira consulta da gestante até a 12ª semana de gestação;									
Ação Nº 2 - garantir o primeiro atendimento da gestante no mesmo momento da positividade do teste de gravidez									
Ação Nº 3 - Monitorar a disponibilidade de vagas para o Pré Natal de risco									
Ação Nº 4 - Monitorar permanentemente as gestantes de risco;									
Ação Nº 5 - Incentivar e fortalecer os Fóruns regionais Materno -Infantis, com integração da AB e Atenção hospitalar;									
Ação Nº 6 - Identificar fragilidades no atendimento na AB e Hospitalar e delinear ações para melhoria.									
2. Manter a taxa de mortalidade materna	Nº de óbitos	Número	2020	0	0	0	Número	0	100,00
Ação Nº 1 - Identificar territórios mais vulneráveis e desenvolver ações de enfrentamento;									
Ação Nº 2 - Monitorar a disponibilidade de vagas para o Pré Natal de risco;									
Ação Nº 3 - Monitorar permanentemente as gestantes de risco;									
Ação Nº 4 - Incentivar e fortalecer os Fóruns regionais Materno -Infantis, com integração da AB e Atenção hospitalar;									
Ação Nº 5 - Identificar fragilidades no atendimento na AB e Hospitalar e delinear ações para melhoria.									
3. Diminuir a proporção de gravidez na adolescência (10 a 19 ano)	% de proporção de gravidez na adolescência	Percentual	2020	36,36	15,00	30,00	Percentual	16,00	53,33
Ação Nº 1 - Identificar territórios mais vulneráveis e desenvolver ações de enfrentamento									
Ação Nº 2 - Acesso Ampliado e Gratuito a Métodos Contraceptivos;									
Ação Nº 3 - Implementar programas de educação sexual nas escolas, abordando temas como contracepção, relações sexuais responsáveis, consentimento, e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs);									
Ação Nº 4 - Oferecer apoio emocional e psicológico às adolescentes para que elas se sintam empoderadas a tomar decisões informadas sobre sua saúde reprodutiva;									
Ação Nº 5 - Fortalecer o diálogo sobre sexualidade dentro da família e apoiar os pais na educação sexual de seus filhos;									
Ação Nº 6 - ealizar campanhas de conscientização nas mídias sociais, rádio e televisão, com informações sobre os direitos das adolescentes em relação à saúde sexual e reprodutiva.									

4. Manter a proporção de parto normal	% da proporção de parto normal	Percentual	2020	51,00	51,00	Não programada	Percentual		
5. Ampliar a proporção de nascidos vivos com mais de 6 consultas pré natal realizadas	% proporção de nascidos vivos com mais de 6 consultas pré natal realizadas	Percentual	2021	75,00	80,00	50,00	Percentual	80,00	160,00
Ação Nº 1 - Garantir atendimentos de gestantes;									
Ação Nº 2 - Periodicamente fazer auditoria dos atendimentos e estratificação de risco;									
Ação Nº 3 - Sensibilização e Educação das Gestantes sobre a Importância das Consultas Pré-Natais;									
Ação Nº 4 - mplantar um sistema de monitoramento das gestantes nas unidades de saúde, com acompanhamento por parte das equipes de Saúde da Família. Isso pode incluir telefonemas, mensagens ou até visitas domiciliares para lembrar sobre as consultas;									
Ação Nº 5 - Redução de Barreiras ao Acesso a Consultas Pré-Natais ampliando horário de atendimento;									
Ação Nº 6 - Realizar treinamentos periódicos com os profissionais de saúde para que possam abordar as gestantes de maneira acolhedora, empática e sem julgamentos, incentivando-as a comparecer a todas as consultas pré-natais.									
6. Encaminhar gestantes de alto risco ao serviço especializado conforme estratificação de risco	% de encaminhamento de gestantes alto risco	Percentual	2021	100,00	100,00	90,00	Percentual	100,00	111,11
Ação Nº 1 - Durante as consultas de pré-natal, os profissionais de saúde devem realizar uma estratificação de risco baseada em critérios como idade materna, comorbidades (como hipertensão, diabetes, doenças cardíacas), histórico obstétrico (como abortos espontâneos, cesarianas anteriores), gestação múltipla, entre outros fatores;									
Ação Nº 2 - Utilizar protocolos e ferramentas de estratificação, como a Classificação de Risco Gestacional, para categorizar as gestantes como de baixo risco, moderado risco ou alto risco;									
Ação Nº 3 - Estabelecer protocolos claros de encaminhamento para gestantes de alto risco, garantindo que todas as unidades de saúde saibam como proceder com o encaminhamento para os serviços especializados, como centros de referência de alto risco obstétrico;									
Ação Nº 4 - Criar uma agenda de consultas frequentes para gestantes de alto risco, com acompanhamento sistemático e intensivo. A frequência das consultas pode ser ajustada de acordo com o risco da gestante, mas sempre mais intensa que a do pré-natal de baixo risco. Acompanhamento domiciliar; Quando necessário, realizar visitas domiciliares para monitoramento, principalmente para gestantes em áreas mais distantes ou de difícil acesso.									
7. Manter a proporção de gestantes com atendimento odontológico	% de gestantes atendidas	Percentual	2019	60,00	60,00	80,00	Percentual	50,00	62,50
Ação Nº 1 - Incentivar a Realização de procedimentos individuais preventivos;									
Ação Nº 2 - Auditar cadastros e atendimentos.									
8. Ampliar a cobertura teste do pezinho das crianças do 3 ao 5 dia de vida	% de testes realizados	Percentual	2019	20,00	90,00	95,00	Percentual	100,00	105,26
Ação Nº 1 - Realizar consultas de acompanhamento nas unidades de saúde, dentro de uma semana após a alta hospitalar, para confirmar que o teste do pezinho foi realizado e, se necessário, orientar os pais a realizá-lo.									
Ação Nº 2 - Realizar campanhas de conscientização direcionadas aos pais, por meio de materiais informativos, vídeos, redes sociais e eventos em unidades de saúde, para esclarecer sobre a importância do teste do pezinho, o que ele pode diagnosticar e as consequências da não realização no período adequado;									
Ação Nº 3 - Oferecer treinamentos contínuos para médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e outros profissionais da saúde sobre a importância do teste, como realizá-lo corretamente e como orientar os pais. Esclarecimento no pré-natal: Durante o acompanhamento da gestação, os profissionais de saúde devem incluir informações sobre o teste do pezinho no planejamento do parto, esclarecendo quando e onde ele será realizado após o nascimento.									
Ação Nº 4 - Estabelecer sistemas de agendamento automático ou telefonema de lembrança para os pais, para que o teste seja realizado no período de 3 a 5 dias após o nascimento. Lembretes por SMS ou WhatsApp: Utilizar ferramentas de mensagens, como SMS ou WhatsApp, para enviar lembretes sobre a importância de realizar o teste no prazo adequado, além de informações sobre o local de realização;									
Ação Nº 5 - Estabelecer prioridade nos atendimentos da unidade sem agendamentos para coleta;									
9. Implantar nos ESF's busca ativa dos casos com testes de triagem neonatal com resultado alterado para intervenção e tratamento precoce	Nº de ESF	Número	2020	0	3	0	Número	3,00	0
Ação Nº 1 - Monitorar periodicamente os testes de triagem;									
10. Instituir um Comitê de mortalidade materno infantil	Nº de comitê em atividade	Número	2021	0	1	0	Número	1,00	0
Ação Nº 1 - Comitê instituído									
Ação Nº 2 - Organizar fluxo bimestral de reunião e capacitações									
11. Manter o número de casos de sífilis congênita	Nº de pacientes	Número	2019	0	3	3	Número	0	0

Ação Nº 1 - Monitoramento do cumprimento dos protocolos do MS, relacionados à assistência e vigilância da sífilis em gestante e sífilis congênita e do RN exposto pelos Serviços envolvidos;

Ação Nº 2 - Manter a integração da Rede de Atenção Básica com a Rede de Atenção Hospitalar, pela troca de informações técnicas e relatórios dos atendimentos nos Serviços envolvidos;

Ação Nº 3 - Atualização técnica anual para a AB, da abordagem da sífilis na gestação e sífilis congênita;

12. Ampliar a cobertura da vitamina A e sulfato ferroso, para criança e gestante	% de pacientes atendidos	Percentual	2021	50,00	90,00	80,00	Percentual	50,00	62,50
--	--------------------------	------------	------	-------	-------	-------	------------	-------	-------

Ação Nº 1 - Monitorar periodicamente os pacientes atendidos;

Ação Nº 2 - Fortalecer a Educação e Sensibilização sobre a Importância da Vitamina A e do Sulfato Ferroso;

Ação Nº 3 - Aumentar a Disponibilidade e o Acesso aos Suplementos;

Ação Nº 4 - Integração dos Suplementos no Acompanhamento do Pré-Natal e Saúde Infantil;

Ação Nº 5 - Realizar cursos e capacitações periódicas para médicos, enfermeiros, nutricionistas e técnicos de enfermagem sobre a importância dos suplementos, as doses recomendadas, os efeitos colaterais e as melhores práticas de administração.

OBJETIVO Nº 1.3 - GARANTIR O FUNCIONAMENTO DAS EQUIPES DE SAÚDE, OFERECENDO A POPULAÇÃO ACESSO AS AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, PREVENÇÃO, RECUPERAÇÃO, REABILITAÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS MAIS FREQUENTES.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implantar/implementar a utilização das cadernetas da pessoa idosa nas unidades de saúde	Nº das unidades	Número	2021	0	3	3	Número	0	0
Ação Nº 1 - Prestar atenção contínua às necessidades de saúde da pessoa idosa, articulada com os demais níveis de atenção.									
Ação Nº 2 - Identificar e acompanhar pessoas idosas frágeis ou em processo de fragilização;									
Ação Nº 3 - fornecer exames específicos para estratificação de risco do idoso.									
2. Implantar / Implementar Protocolo de Manejo de Urgência e Emergência Psiquiátricas nas unidades de saúde do município	Nº das unidades	Número	2021	0	3	2	Número	0	0
Ação Nº 1 - Realizar em conjunto com ESF e equipe multiprofissional, um estudo a fim de definir para ações e metas para uso racional de medicamentos.									
Ação Nº 2 - Incluir através de contratação psiquita e psicólogo na equipe na E-multi da APS									
Ação Nº 3 - Estudar e elaborar protocolos de atendimento e fluxos municipais e regionais.									
3. Realizar campanha de Uso Racional de Medicamentos junto ao usuário, de modo individual e coletivo	Nº de campanhas realizadas	Número	2021	0	4	0	Número	1,00	0
Ação Nº 1 - Auditar uso racional de medicamentos, Realizar auditoria nas solicitações de medicamentos.									
Ação Nº 2 - Garantir que todo usuário que receba medicamentos nas unidades de saúde receba orientação clara sobre: Como e quando tomar o medicamento; Duração do tratamento; Possíveis efeitos colaterais; Armazenamento adequado; O que fazer em caso de esquecimento de dose;									
Ação Nº 3 - Campanhas Educativas nas Comunidades e Unidades de Saúde.									
4. Implantar o Programa Academia da Saúde	Nº de unidade funcionando	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
5. Realizar ação coletiva de promoção e prevenção de saúde em geral, em alusão aos meses característicos	Nº de ações realizadas	Número	2021	3	48	2	Número	40,00	2.000,00
Ação Nº 1 - Realizar ação e lançamento no e-SUS									
Ação Nº 2 - Realizar Feiras de Saúde: Oferecer serviços integrados (verificação de PA, glicemia, IMC, orientações nutricionais).									
6. Implantar Pics no município	Nº de pics implantadas	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
7. Manter ou ampliar a razão na realização de exames citopatológico em mulheres de 25 – 64 anos	Percentual de citopatológico coletados	Percentual	2019	75,00	75,00	40,00	Percentual	50,00	125,00
Ação Nº 1 - Busca ativa das mulheres da população alvo;									
Ação Nº 2 - Ofertar a coleta do Exame Papanicolau em todas as Unidades de Saúde;									

Ação Nº 3 - Registrar no sistema de informação todos os exames realizados									
8. Ampliar a razão na realização de mamografias em mulheres de 50-69 anos	Percentual de mamografias realizadas	Percentual	2019	0,09	0,12	50,00	Percentual	50,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar busca ativa a mulheres que não realizaram os exames;									
Ação Nº 2 - Ofertar o exame de mamografia para rastreamento do câncer de mama;									
Ação Nº 3 - Registrar no sistema de informação todos os exames realizados									
9. Implantar o planejamento familiar no município, com a disponibilização dos métodos contraceptivos	Métodos implantados	0			3	4	Número	2,00	50,00
Ação Nº 1 - Garantir a oferta contínua e gratuita de todos os métodos contraceptivos recomendados pelo SUS;									
Ação Nº 2 - Realizar oficinas, rodas de conversa e palestras semestrais sobre saúde sexual e reprodutiva. Incluir o tema nas ações do Programa Saúde na Escola (PSE);									
Ação Nº 3 - Promover treinamentos semestrais para profissionais das UBS sobre aconselhamento contraceptivo e abordagem humanizada;									
Ação Nº 4 - Acompanhamento e Aconselhamento Individual;									
Ação Nº 5 - Firmar pactuação com hospitais de referência para acesso a métodos definitivos (laqueadura e vasectomia).									
10. Manter o estoque mínimo de medicamentos básicos para dispensação aos usuários, evitando o desabastecimento	Medicamentos Adquiridos	0			100,00	90,00	Percentual	90,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter informações atualizadas em sistema;									
Ação Nº 2 - Sempre que necessário realizar solicitação para novos contratos com antecedência à falta de medicamentos;									
Ação Nº 3 - Realizar levantamento mensal de consumo e controle de estoque;									
Ação Nº 4 - Treinar servidores para uso adequado do sistema e controle de prazos de validade.									
11. Atingir os medicamentos de Demandas Judiciais adquiridos em tempo adequado para o seu atendimento	% de medicamentos adquiridos	Percentual	2021	100,00	100,00	90,00	Percentual	90,00	100,00
Ação Nº 1 - Alimentar sistema de informação quanto a dispensação e controle de estoque de medicamentos									
Ação Nº 2 - Realizar prestação de contas quanto a compra de medicamentos e controle de estoque.									
12. Instituir ação voltada a equidade	Nº de ações	Número	2021	0	4	3	Número	2,00	66,67
Ação Nº 1 - REALIZAR ATUALIZAÇÃO CADASTRAL MENSAL NO SISTEMA E-SUS, COM PREENCHIMENTO DOS CAMPOS RAÇA/COR, ETNIA, INDENTIDADE DE GENERO;									
Ação Nº 2 - UTILIZAR DADOS COLETADOS PARA EFETIVAÇÃO DE POLITICAS PUBLICAS DE INCLUSÃO;									
Ação Nº 3 - SENSIBILIZAR EQUIPES SOBRE DESIGUALDADE E EMPATIA.									
13. implantar equipe de saúde mental no ambito da APS	equipe implantada atuando nas ESF's	Número	2022	1	1	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - IMPLANTAR EQUIPE PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES COM DEFICIENCIA OU TRANSTORNOS PSIQUIATRICOS NAS ESF's DO MUNICIPIO.									

DIRETRIZ Nº 2 - DESENVOLVER E QUALIFICAR OS PROCESSOS DE GESTÃO EM SAÚDE

OBJETIVO Nº 2.1 - QUALIFICAR OS PROCESSOS DE GESTÃO DO SUS

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implantar prontuário eletrônico nas unidades de saúde	Nº de unidades instaladas	Número	2021	0	3	4	Número	3,00	75,00
Ação Nº 1 - Manter prontuário eletrônico NAS ESFS									
Ação Nº 2 - IMPLANTAR PRONTUARIO ELETRONICO NO CEM									
2. Instituir coordenações de saúde, que apoiem a coordenadora da APS	Nº de coordenadores instituídos	Número	2021	0	2	Não programada	Número		
3. Implantar o setor de planejamento em saúde na SMS	Nº de setor	Número	2021	0	1	Não programada	Número		

4. Mantida as pactuações vigentes e ampliadas a medida do possível através da regionalização. (especialidade medica e odontológicas)	Percentual de pactuações	Percentual	2021	100,00	100,00	80,00	Percentual	100,00	125,00
Ação Nº 1 - Monitorar e avaliar quadrimestralmente o pacto realizado.									
Ação Nº 2 - Participar das discussões junto a Superintendência Regional de Saúde dos momentos de elaboração da pactuação;									
Ação Nº 3 - Manter participações mensais em reuniões para manutenção das pactuações									
5. Implantar setor de vigilância ambiental	Nº de setor implantado	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
6. Realizar a transposição, transferência ou reprogramação dos saldos remanescentes em conta corrente	Transposição, reprogramação ou transferência realizada	Percentual	2021	0,00	100,00	Não programada	Percentual		
7. Participar nas reuniões da CIR e CIB	Percentual de participação em reuniões	Percentual	2021	80,00	80,00	90,00	Percentual	100,00	111,11
Ação Nº 1 - Enviar os técnicos responsáveis									
8. Realizar pagamento de pessoal dos setores da secretaria de saúde.	Folha de pagamento realizada	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Pagamentos realizados em dia utilizando recursos municipais, estaduais e federais de custeio									
OBJETIVO Nº 2.2 - PROMOVER A VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Adequar o número de servidores, por meio de Contratação/Concurso/Processo Seletivo, visando atender as necessidades dos serviços	Percentual de contratações	Percentual	2021	80,00	80,00	60,00	Percentual	80,00	133,33
Ação Nº 1 - Realização de contratação equipe medica atender media complexidade;									
Ação Nº 2 - Adequação através de processo seletivo profissionais da APS;									
Ação Nº 3 - Estudo analítico para realização de concurso em Saúde.									
2. Capacitar e qualificar os trabalhadores dos serviços de saúde em geral	Capacitar e qualificar dos trabalhadores dos serviços de saúde em geral	Percentual	2021	0,00	50,00	80,00	Percentual	80,00	100,00
Ação Nº 1 - Capacitação sempre que necessário, a definir pelo gestor									
3. Implantar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do SUS (PCCS) em conformidade da legislação	PCCS implantado	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
4. Promover ação voltada a promoção da saúde mental dos profissionais	Nº de ações realizadas	Número	2021	0	4	4	Número	1,00	25,00
Ação Nº 1 - Realizar reuniões técnicas com as equipes dos ESF e equipe multiprofissional.									
OBJETIVO Nº 2.3 - FORTALECER A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE, BEM COMO, DAS AÇÕES INTERSETORIAIS E DO CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DO SUS									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Garantir a realização da eleição para o Conselho Municipal de Saúde e ou sua prorrogação conforme lei municipal, com ampla divulgação das etapas do processo	Eleições realizadas	Número	2019	1	2	Não programada	Número		
2. Capacitar permanentemente os novos integrantes do Conselho Municipal de Saúde.	% capacitação novos integrantes	Percentual	2021		80,00	50,00	Percentual	20,00	40,00
Ação Nº 1 - Seguir cronograma de palestras de educação em saúde nos temas considerados como prioritários									

3. Realizar reuniões do CMS	Nº de reuniões realizadas	Número	2021	4	48	6	Número	3,00	50,00
Ação Nº 1 - Elaborar o calendário anual das reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde;									
Ação Nº 2 - Registrar em ata no livro do CMS todas as reuniões realizadas.									
4. Realizar Conferência Municipal de Saúde	Nº Conferência realizada	Número	2019	1	1	2	Número	1,00	50,00
Ação Nº 1 - Realizar a Conferência Municipal de Saúde no município de Selvíria-MS, garantindo o processo democrático e participativo, com a mobilização da comunidade, trabalhadores de saúde, gestores e sociedade civil organizada. A ação envolve a criação da comissão organizadora, elaboração do regimento interno, realização de etapas preparatórias e da plenária final, assegurando a construção de propostas para subsidiar o Plano Municipal de Saúde e o fortalecimento do controle social.									
OBJETIVO Nº 2 .4 - MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E ATENDIMENTO									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter os veículos utilizados para transporte de pacientes para micro e macrorregião de saúde em perfeita condição de uso.	Nº de veículos utilizados	Número	2021	14	14	6	Número	4,00	66,67
Ação Nº 1 - Realizar Processo Licitatório para Locar Van									
Ação Nº 2 - ampliar frota com UTI movel									
Ação Nº 3 - CUSTEAR Manutenção preventiva E CORRETIVA PARA MANTER FROTA EM FUNCIONAMENTO.									
2. Manter o laboratório Municipal em funcionamento	Percentual de funcionamento	Percentual	2021	100,00	100,00	95,00	Percentual	100,00	105,26
Ação Nº 1 - LICITAR EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE APARELHOS									
Ação Nº 2 - MANTER SUPLEMENTOS NECESSARIOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES									
Ação Nº 3 - LICITAÇÃO DE LABORATORIO TERCEIRO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEXOS									
Ação Nº 4 - MONITORAMENTO DE QUALIDADE DOS EXAMES									
3. Realizar ajustes na infra estrutura das unidades de saúde (reformas, aquisições de equipamentos e mobiliários) conforme propostas aprovadas	Nº de unidades contempladas	Número	2021	4	5	0	Número	2,00	0
Ação Nº 1 - REALIZAR ADEQUAÇÕES NECESSARIAS PREDIO UNIDADE DE SAÚDE CÉLIO MOURA									
Ação Nº 2 - MONITORAR CONSTRUÇÃO ESF RURAL									
Ação Nº 3 - INICIAR REFORMA ESF VÉSTIA									
Ação Nº 4 - PROMOVER MELHORIAS NO PREDIO DA SECRETARIA DE SAÚDE									
Ação Nº 5 - INSTALAR FARMACIA EM PREDIO PROPRIO									
Ação Nº 6 - INSTALAR LABORATORIO EM PREDIO PROPRIO									
4. Fazer aquisição de veículos, através de emendas parlamentares para serem utilizados nas ações e serviços da Secretaria Municipal de Saúde	Nº de veículos adquiridos	Número	2021	0	4	3	Número	4,00	133,33
Ação Nº 1 - REALIZAR AQUISIÇÃO DE 3 VEICULOS PARA ATENDER O TRANSPORTE SANITARIO DO MUNICIPIO E AS UNIDADES DE SAÚDE									
5. Manter participação do município no Programa Mais Médico	Nº de profissional do programa	Número	2021	1	1	2	Número	2,00	100,00
Ação Nº 1 - MANTER PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES PACTUADAS COM O PROGRAMA MAIS MEDICOS									
Ação Nº 2 - MONITORAR E AVALIAR PARTICIPAÇÃO DOS MÉDICOS PARTICIPANTES DO PMB									
6. Garantir/viabilizar o material pedagógico, equipamentos de sonoplastia para a atuação da Equipe de Educação em Saúde	% de atuações garantidas	Percentual	2021	100,00	100,00	Não programada	Percentual		
DIRETRIZ Nº 3 - FORTALECER AS AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE									

OBJETIVO Nº 3.1 - REDUÇÃO DOS RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE DA POPULAÇÃO POR MEIO DE AÇÕES DE PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter a proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos de coortes	% de cura	Percentual	2020	86,36	86,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar ações voltadas ao diagnóstico precoce e o uso correto da medicação									
2. Realizar ação de prevenção a tuberculose, da Leishmaniose Visceral e Tegumentar Americana, e acidentes anti-rábicos e Violência interpessoal/autoprovocada	Nº de ações realizadas	Número	2021	0	16	3	Número	1,00	33,33
Ação Nº 1 - Promover capacitações periódicas para profissionais da atenção primária e da vigilância sobre a notificação, investigação e encerramento de agravos;									
Ação Nº 2 - Intensificar a busca ativa de casos de doenças das doenças de notificação compulsória;									
Ação Nº 3 - Realizar ações integradas de vigilância ambiental e controle de vetores.									
3. Instituir um comitê e Aprimorar as ações no combate ao mosquito transmissor da Dengue, Zika Vírus, Chikungunya	Nº de comitês	Número	2021	0	1	4	Número	2,00	50,00
Ação Nº 1 - Instituir e operacionalizar o Comitê Municipal de Enfrentamento às Arboviroses;									
Ação Nº 2 - Realizar mutirões de combate ao Aedes aegypti em áreas prioritárias;									
Ação Nº 3 - Intensificar a vigilância entomológica e o monitoramento de focos;									
Ação Nº 4 - Promover ações educativas nas escolas e comunidades;									
Ação Nº 5 - Fortalecer a comunicação de risco e mobilização social.									
4. Garantir a realização de campanha de vacinação anti-rábica dos cães e gatos.	Nº de campanhas	Número	2021	1	4	2	Número	2,00	100,00
Ação Nº 1 - Planejar e executar a Campanha Anual de Vacinação Antirrábica;									
Ação Nº 2 - Capacitar profissionais e voluntários envolvidos na campanha;									
Ação Nº 3 - Realizar ações de divulgação e mobilização social;									
Ação Nº 4 - Monitorar e avaliar os resultados da campanha.									
5. Realizar ação voltada a Incentivar as notificações e melhorar a qualidade das informações das fichas de notificação em todos os serviços de atenção básica e hospitalar,	Nº de ações	Número	2021	0	4	2	Número	1,00	50,00
Ação Nº 1 - Realizar capacitações presenciais e/ou remotas com os profissionais da atenção básica e hospitalar sobre os fluxos de notificação compulsória, preenchimento correto das fichas e uso dos sistemas de informação (SINAN, e-SUS, GAL, etc.);									
Ação Nº 2 - Implantar ou revisar fluxos padronizados para a notificação e envio das fichas de notificação entre os serviços notificadores e a Vigilância em Saúde;									
Ação Nº 3 - Realizar monitoramento mensal da completude, consistência e oportunidade das fichas de notificação preenchidas pelos serviços de saúde;									
Ação Nº 4 - Desenvolver e distribuir boletins informativos com análise dos principais agravos notificados e qualidade dos dados, para devolutiva aos serviços;									
Ação Nº 5 - Capacitar equipe para digitação e monitoramento da digitação das fichas do SINAN.									
6. Encerrar oportunamente as notificações de agravos compulsórios registrados no SINAN	% de encerramentos	Percentual	2021	50,00	80,00	100,00	Percentual	80,00	80,00
Ação Nº 1 - Realizar busca ativa de informações clínicas e laboratoriais junto aos serviços notificadores para subsidiar o encerramento de fichas no SINAN;									
Ação Nº 2 - Capacitar profissionais da vigilância e unidades notificadoras sobre os critérios de encerramento dos principais agravos (ex: dengue, sífilis, tuberculose, violência, acidentes);									
Ação Nº 3 - Implantar rotina mensal de auditoria das notificações em aberto nos sistemas de informação, com feedback para as unidades responsáveis;									
Ação Nº 4 - Atualizar os fluxos locais de investigação, notificação e encerramento de agravos priorizados, com pactuação entre unidades notificadoras e vigilância.									
7. Realizar o número de ciclos que atingiram mínimo de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	Nº de ciclos	Número	2019	6	6	6	Número	4,00	66,67
Ação Nº 1 - Descrição da Ação: Executar os ciclos de visitas domiciliares para controle vetorial da dengue, conforme diretrizes do Ministério da Saúde, com cobertura mínima de 80% dos imóveis cadastrados;									

Ação Nº 2 - Atualizar e manter o cadastro de imóveis para planejamento das visitas dos agentes de combate às endemias (ACE);

Ação Nº 3 - Realizar supervisão mensal das atividades de campo dos agentes, com checagem amostral de visitas e controle de qualidade dos dados lançados;

Ação Nº 4 - Promover capacitação anual para os ACE sobre técnicas de visita domiciliar, controle mecânico, uso de larvicidas e registro de dados.

OBJETIVO Nº 3.2 - REDUÇÃO DOS RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE DA POPULAÇÃO POR MEIO DE AÇÕES DE PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter ou ampliar o número de registros de óbitos com causas básicas definidas	% de registros	Percentual	2019	95,74	95,00	80,00	Percentual	70,00	87,50
Ação Nº 1 - Capacitar médicos e profissionais das unidades notificadoras sobre o correto preenchimento da Declaração de Óbito (DO), com ênfase na definição adequada da causa básica;									
Ação Nº 2 - Realizar análise técnica das Declarações de Óbito recebidas, identificando inconsistências e solicitando correções junto às unidades de saúde quando necessário;									
Ação Nº 3 - Atualizar fluxos municipais de investigação de óbitos com causas mal definidas (CIDs mal especificados), incluindo visitas domiciliares, prontuários e entrevistas com familiares (verbal autopsy);									
Ação Nº 4 - Divulgar boletins semestrais com análise da mortalidade e da qualidade da informação sobre óbitos, como devolutiva aos serviços de saúde e gestores.									
2. Manter o comitê de enfrentamento de pandemias enquanto durar a pandemia.	Nº de comitê	Número	2021	1	1	3	Número	2,00	66,67
Ação Nº 1 - Realizar reuniões sempre que necessário do Comitê de Enfrentamento de Pandemias com representantes da saúde, gestão municipal, assistência social, educação e outros setores estratégicos.;									
Ação Nº 2 - Articular ações com os demais setores (educação, assistência social, segurança, etc.) para resposta conjunta e coordenada às necessidades da população durante a pandemia.									
Ação Nº 3 - Atualizar e divulgar periodicamente os protocolos municipais de prevenção, vigilância e resposta à pandemia conforme orientações estaduais e federais;									
Ação Nº 4 - Produzir relatórios de acompanhamento da situação epidemiológica e das ações do comitê, com dados atualizados e recomendações estratégicas;									
3. Ampliar as coberturas vacinais adequadas do calendário básico de Vacinação da Criança menores de 2 ano	% de cobertura	Percentual	2019	25,00	75,00	90,00	Percentual	95,00	105,56
Ação Nº 1 - Realizar busca ativa mensal de crianças com esquemas vacinais incompletos, com visita domiciliar e convocação para atualização na unidade de saúde;									
Ação Nº 2 - Promover campanhas de multivacinação e ações extramuros voltadas à atualização do esquema vacinal infantil, inclusive em horários alternativos;									
Ação Nº 3 - Capacitar profissionais da atenção primária e da sala de vacina sobre o calendário vacinal da criança e o registro adequado das doses no sistema;									
Ação Nº 4 - Divulgar mensalmente informações sobre vacinação em canais oficiais, redes sociais e unidades de saúde, incentivando o comparecimento dos responsáveis.									
4. Manter ou ampliar cobertura Vacinal de Influenza nos grupos prioritários.	% de vacinação	Percentual	2021	80,00	80,00	75,00	Percentual	78,00	104,00
Ação Nº 1 - Planejar e executar a Campanha Anual de Vacinação contra Influenza, com foco nos grupos prioritários definidos pelo Ministério da Saúde;									
Ação Nº 2 - Ampliar os pontos de vacinação com oferta em locais estratégicos (escolas, igrejas, postos volantes, empresas, feiras) para facilitar o acesso dos grupos prioritários;									
Ação Nº 3 - Realizar busca ativa de grupos prioritários com baixa adesão (idosos, gestantes, puérperas, crianças, comorbidades) durante a campanha;									
Ação Nº 4 - Desenvolver e divulgar materiais informativos e campanhas educativas nas mídias locais e digitais, incentivando a vacinação dos grupos prioritários.									
5. Notificar e monitorar os casos suspeitos das Síndromes Gripais e COVID-19	% de casos monitorados	Percentual	2021	100,00	100,00	80,00	Percentual	100,00	125,00
Ação Nº 1 - Garantir o registro oportuno e completo dos casos suspeitos de Síndrome Gripal (SG) e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), incluindo COVID-19, nos sistemas de notificação (e-SUS Notifica e SIVEP-Gripe);									
Ação Nº 2 - Realizar monitoramento diário dos casos notificados de SG e COVID-19, com análise de evolução clínica e definição de medidas de isolamento e vigilância dos contatos;									
Ação Nº 3 - Capacitar profissionais da atenção básica e vigilância sobre a definição de casos, critérios de notificação e uso correto dos sistemas;									
Ação Nº 4 - ivulgar boletins epidemiológicos quinzenais com dados atualizados de SG e COVID-19 no município, incluindo alertas sobre aumento de casos.									
6. Manter o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos	Nº de casos	Número	2020	0	0	0	Número	0	0

Ação Nº 1 - Garantir a testagem de HIV em 100% das gestantes durante o pré-natal e com repetição no 3º trimestre;									
Ação Nº 2 - Realizar triagem neonatal do 3º ao 5º de nascimento do RN;									
Ação Nº 3 - Garantir início de tratamento antirretroviral para todas as gestantes HIV+ e a profilaxia para os recém-nascidos expostos;									
Ação Nº 4 - Realizar busca ativa e acompanhamento das crianças expostas ao HIV até a conclusão da investigação diagnóstica;									
Ação Nº 5 - Capacitar profissionais de saúde sobre protocolo de prevenção da transmissão vertical do HIV e manejo clínico de gestantes e crianças expostas.									
7. Monitorar os casos de surtos de Diarréias	% de monitoramento	Percentual	2021	100,00	100,00	70,00	Percentual	70,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar vigilância ativa e notificação imediata de surtos de diarreia em unidades de saúde, escolas, creches e outras instituições;									
Ação Nº 2 - Realizar investigação epidemiológica imediata dos surtos, com coleta de dados clínicos, ambientais e, se possível, amostras para exames laboratoriais;									
Ação Nº 3 - Promover ações de orientação e controle sanitário nos locais de ocorrência dos surtos, incluindo inspeção, educação em saúde e correção de riscos identificados;									
Ação Nº 4 - Capacitar profissionais da rede de atenção básica e vigilância sobre notificação, investigação e manejo de surtos de diarreia.									
8. Garantir o atendimento das síndromes respiratórias durante o período que perdurar a pandemia	% de casos atendidos	0			100,00	Não programada	Percentual		
OBJETIVO Nº 3.3 - APRIMORAR, A VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR VISANDO DIMINUIR OS RISCOS DE DOENÇAS RELACIONADAS AO AMBIENTE DE TRABALHO, ATRAVÉS DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, PREVENÇÃO, NOTIFICAÇÃO E ATENDIMENTO AOS AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Garantir os casos suspeitos e/ou confirmados de doença/agravos relacionados ao trabalho sejam notificados no município.	% de casos notificados	Percentual	2021	60,00	100,00	95,00	Percentual	100,00	105,26
Ação Nº 1 - Identificar e sensibilizar os profissionais de saúde sobre a importância da notificação compulsória de agravos relacionados ao trabalho (ex.: LER/DORT, acidentes, intoxicações, câncer relacionado, perda auditiva);									
Ação Nº 2 - Capacitar os profissionais da rede de atenção e vigilância em saúde sobre a correta notificação e investigação dos agravos relacionados ao trabalho no SINAN;									
Ação Nº 3 - Monitorar e analisar mensalmente os casos notificados de agravos relacionados ao trabalho para subsidiar ações de prevenção;									
Ação Nº 4 - Desenvolver fluxos e protocolos municipais para a notificação, investigação e encaminhamento de casos de agravos relacionados ao trabalho.									
2. Realizar campanha educativa sobre saúde do trabalhador focando a importância do uso dos EPI's, realização de exames médicos, risco ocupacional e etc.	Nº de campanhas realizadas	Número	2021	1	4	5	Número	2,00	40,00
Ação Nº 1 - Promover visitas periódicas aos locais de trabalho para observar as condições de trabalho e a utilização dos EPIs. Durante essas visitas, também seria possível esclarecer dúvidas e reforçar as orientações sobre a saúde ocupacional.									
Ação Nº 2 - Realizar palestras, oficinas ou rodas de conversa com trabalhadores de diferentes setores (construção civil, indústria, saúde, etc.) para explicar a importância do uso adequado dos EPIs;									
3. Atingir o preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	% preenchimento	Percentual	2020	100,00	100,00	95,00	Percentual	90,00	94,74
Ação Nº 1 - Promover treinamentos e workshops para os profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, agentes de saúde, etc.) sobre a importância do preenchimento completo das notificações de agravos relacionados ao trabalho, com ênfase no campo									
Ação Nº 2 - reinar os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para identificar e registrar as ocupações dos trabalhadores durante suas visitas domiciliares ou no contato com os trabalhadores em áreas específicas.									
4. Implantar comitê de Saúde do Trabalhador, com equipe técnica voltada para realização de ações de acompanhamento e prevenção de riscos.	Nº de comitê	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
5. Investigar os acidentes relacionados ao trabalho que tenha ocorrido no território do município.	% de investigação	Percentual	2021	60,00	100,00	90,00	Percentual	100,00	111,11
Ação Nº 1 - Criar e/ou fortalecer um sistema de notificação e monitoramento de acidentes de trabalho no município, com a colaboração de profissionais de saúde, Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate às Endemias (ACE), e outros agentes da saúde;									

Ação Nº 2 - Quando um acidente for notificado, conduzir uma investigação detalhada, entrevistando as vítimas, testemunhas e empregadores para entender as circunstâncias do acidente. Isso pode ser feito através de formulários ou relatórios de investigação de acidentes;

Ação Nº 3 - Analisar as notificações e os dados dos acidentes de trabalho coletados para gerar relatórios que possam informar a implementação de políticas públicas direcionadas à segurança do trabalho.

OBJETIVO Nº 3 .4 - ESTABELECEER AÇÕES BUSCANDO QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implantar sistema informatizado para atividade e protocolo da VISA	Nº implantado	Número	2021	0	1	Não programada	Número		
2. Atender as demandas das reclamações da população	Percentual de atendimento	Percentual	2019	100,00	100	4	Número	4,00	100,00

Ação Nº 1 - Realizar capacitações em conjunto com outros órgãos a fim de promover o amplo conhecimento da população empresarial sobre normas da Vigilância Sanitária.

Ação Nº 2 - Estabelecer um processo de monitoramento periódico das reclamações mais frequentes e realizar uma análise crítica para identificar causas comuns;

Ação Nº 3 - Implementar pesquisas de satisfação para medir a percepção dos cidadãos sobre o atendimento e a resolução das reclamações.

Ação Nº 4 - Confeção de material didático;

3. Cumprir a meta determinada pela Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, para a análise dos parâmetros de coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Percentual de atendimento	Percentual	2019	100,00	100,00	60,00	Percentual	60,00	100,00
---	---------------------------	------------	------	--------	--------	-------	------------	-------	--------

Ação Nº 1 - Prover treinamento contínuo para as equipes responsáveis pela coleta de amostras de água, focando nas boas práticas de coleta, armazenamento e transporte das amostras;

Ação Nº 2 - Criar relatórios periódicos sobre os resultados das análises dos parâmetros e divulgá-los de maneira acessível para a população e órgãos de fiscalização.

Ação Nº 3 - Definir e documentar os locais e a frequência de coleta de amostras de água conforme as diretrizes do Plano de Amostragem;

4. Inspeções sanitárias realizadas nos estabelecimentos classificados como de alto risco sob responsabilidade do município, conforme estabelecido em legislações sanitárias	Percentual de inspeções	Percentual	2019	100,00	100,00	80,00	Percentual	80,00	100,00
---	-------------------------	------------	------	--------	--------	-------	------------	-------	--------

Ação Nº 1 - Agendar e realizar inspeções presenciais, com acompanhamento de aspectos críticos para a saúde pública, como condições de higiene, segurança alimentar, controle de pragas e condições de armazenamento e transporte de produtos;

Ação Nº 2 - Atualizar e manter um banco de dados que classifique os estabelecimentos de acordo com o risco sanitário, seguindo critérios estabelecidos pelas legislações sanitárias (como tipo de atividade, tipo de produto ou serviço prestado, quantidade de manipulação de alimentos, entre outros);

Ação Nº 3 - Estabelecer a frequência das inspeções, de acordo com a classificação de risco e as exigências das legislações sanitárias. Estabelecimentos de alto risco devem ser inspecionados com maior frequência (anualmente, semestralmente ou conforme necessário);

Ação Nº 4 - Promover treinamentos contínuos para os inspetores sanitários, abordando tanto as atualizações nas legislações sanitárias quanto novas práticas e técnicas de inspeção;

Ação Nº 5 - Durante as inspeções, verificar a conformidade com as normas sanitárias específicas para cada tipo de estabelecimento (por exemplo, normas para manipulação de alimentos, controle de resíduos, vigilância de produtos químicos, etc.);

Ação Nº 6 - Após cada inspeção, elaborar e enviar aos estabelecimentos relatórios detalhados com as observações feitas durante a fiscalização, incluindo prazos para correção de eventuais irregularidades;

Ação Nº 7 - Realizar o acompanhamento das correções solicitadas após as inspeções, verificando se as medidas corretivas foram implementadas adequadamente.

5. Realizar ações educativas de prevenção e promoção sanitárias na comunidade, anualmente	Nº ações realizadas	Número	2021	0	8	3	Número	8,00	266,67
---	---------------------	--------	------	---	---	---	--------	------	--------

Ação Nº 1 - Planejar campanhas anuais de prevenção e promoção sanitária, abordando temas como higiene pessoal, controle de doenças transmissíveis, segurança alimentar, saneamento básico, entre outros;

Ação Nº 2 - Organizar palestras e oficinas sobre temas de saúde pública, como prevenção de doenças, cuidados com o meio ambiente, saneamento e alimentação saudável, em escolas, centros comunitários, unidades de saúde e outros locais públicos;

Ação Nº 3 - Desenvolver programas educativos em escolas e instituições de ensino, incluindo atividades lúdicas e oficinas sobre higiene, saúde pública e meio ambiente, com o objetivo de formar hábitos saudáveis desde a infância;

Ação Nº 4 - Realizar campanhas educativas específicas para o combate ao mosquito transmissor de doenças como dengue, zika e chikungunya, abordando a importância da eliminação de focos de água parada e cuidados com o ambiente;									
Ação Nº 5 - Organizar mutirões comunitários de limpeza, principalmente em bairros com maior risco sanitário, para eliminar focos de sujeira, lixo e água parada que possam ser fontes de contaminação;									
Ação Nº 6 - Organizar campanhas educativas em parceria com as equipes de vacinação para informar a população sobre a importância da vacinação e de outras medidas preventivas contra doenças infecciosas e contagiosas.									
6. Garantir os equipamentos e pessoal necessários para funcionamento da VISA	Percentual de equipamentos e pessoal garantido	Percentual	2021	80,00	100,00	50,00	Percentual	80,00	160,00
Ação Nº 1 - Realizar um levantamento detalhado das necessidades de equipamentos e recursos necessários para o funcionamento da VISA, incluindo equipamentos de inspeção (como medidores de temperatura, equipamentos de coleta de amostras, câmeras, computadores, entre outros) e materiais de trabalho;									
Ação Nº 2 - laborar um plano de recursos humanos específico para a VISA, incluindo o número de profissionais necessários para cobrir todas as áreas de atuação, a distribuição das tarefas, escalas de trabalho e a definição clara das responsabilidades.									

DIRETRIZ Nº 4 - APRIMORAR A QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA DE MÉDIA COMPLEXIDADE, NOS ÂMBITOS AMBULATORIAL, HOSPITALAR

OBJETIVO Nº 4.1 - APRIMORAR A ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, PROPORCIONANDO A INTEGRAÇÃO COM TODOS OS NÍVEIS DE ATENÇÃO, PRINCIPALMENTE COM A ATENÇÃO PRIMÁRIA

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter o custeio do CEM	Percentual de custeio	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Elaborar um planejamento orçamentário anual detalhado, considerando todas as despesas recorrentes do CEM, como salários de profissionais, custos com insumos médicos, manutenção de equipamentos, materiais hospitalares, despesas administrativas, entre outros;									
Ação Nº 2 - Realizar a projeção detalhada dos custos operacionais do CEM, incluindo os custos fixos e variáveis, para identificar áreas que podem ser otimizadas ou onde ajustes financeiros podem ser necessários;									
Ação Nº 3 - Garantir que os profissionais do CEM recebam treinamentos contínuos e sejam bem remunerados, dentro do orçamento disponível, para manter a qualidade do atendimento e evitar a rotatividade de pessoal;									
Ação Nº 4 - Buscar o apoio de programas estaduais e federais que ofereçam recursos financeiros ou materiais para a manutenção do CEM, como programas de saúde pública, de atendimento a doenças crônicas ou de urgência.									
Ação Nº 5 - Manter o custeio do Centro de Especialidades Médicas (CEM) e da Organização Social de Saúde (OSS), assegurando a continuidade da assistência ambulatorial e hospitalar de média complexidade. A ação compreende o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, repasses regulares para custeio, monitoramento da produção de serviços e integração das ações da OSS com a rede municipal de saúde e a Atenção Primária, fortalecendo a resolutividade e a integralidade do cuidado.									
2. Manter o serviço de assistência a urgência e emergência próprio	Percentual de manutenção do serviço	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Adquirir uma UTI móvel;									
Ação Nº 2 - Elaborar um planejamento orçamentário anual específico para o serviço de urgência e emergência, considerando todos os custos envolvidos, como salários de profissionais, manutenção de equipamentos, insumos médicos, medicamentos, transporte e infraestrutura;									
Ação Nº 3 - Manter a infraestrutura necessária para o funcionamento do serviço de urgência e emergência, incluindo salas de atendimento equipadas, unidades de observação, equipamentos médicos (monitores, desfibriladores, respiradores, etc.), sistemas de comunicação eficientes e transporte (ambulâncias);									
Ação Nº 4 - Garantir que a equipe de profissionais de saúde seja suficiente, qualificada e treinada para lidar com situações de urgência e emergência, como médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, motoristas de ambulância, e outros profissionais de apoio;									
Ação Nº 5 - Organizar e manter uma frota de ambulâncias em bom estado, garantindo que elas sejam devidamente equipadas e que os motoristas sejam treinados para realizar atendimentos adequados durante o transporte de pacientes;									
Ação Nº 6 - Realizar treinamentos contínuos para a equipe de urgência e emergência, com enfoque em situações de alto risco, como atendimento a múltiplas vítimas (acidentes em massa), parada cardiorrespiratória, trauma, intoxicações, entre outros. Isso pode incluir simulações práticas de atendimentos de emergência.									
Ação Nº 7 - Manter, por meio da Organização Social de Saúde (OSS), o serviço de assistência à urgência e emergência próprio do município, assegurando equipe multiprofissional, insumos, equipamentos e infraestrutura adequados para o atendimento 24 horas. A ação contempla a garantia de plantões médicos e de enfermagem, abastecimento contínuo de medicamentos e materiais, monitoramento da qualidade do serviço prestado e integração com a Atenção Primária e os demais pontos da Rede de Atenção à Saúde, fortalecendo									
3. Implantar o serviço de parto no município	Serviço implantado	Número	2021		1	Não programada	Número		
4. Garantir os equipamentos e pessoal necessários para funcionamento	Percentual de equipamentos e pessoal garantido	Percentual	2021	80,00	100,00	90,00	Percentual	90,00	100,00

Ação Nº 1 - Realizar um diagnóstico detalhado das necessidades de equipamentos médicos e da equipe de profissionais necessários para a assistência hospitalar, levando em consideração os fluxos de pacientes e a integração com a Atenção Primária;

Ação Nº 2 - Garantir que a infraestrutura hospitalar e ambulatorial esteja adequadamente adaptada para atender às necessidades da população e profissionais, como espaços adequados para o acompanhamento, consultórios para atendimentos ambulatoriais, salas de repouso, triagem, lavadeira etc.

Ação Nº 3 - Planejar e implementar a aquisição de novos equipamentos hospitalares, além de garantir a atualização e manutenção dos existentes (ex: monitores, ventiladores, equipamentos de imagem, etc.);

5. Manter os serviços de especialidades no município	Serviço mantido	Número	2021	9	9	5	Número	1,00	20,00
--	-----------------	--------	------	---	---	---	--------	------	-------

Ação Nº 1 - Avaliar a situação atual dos serviços de especialidades e realizar o planejamento estratégico para a manutenção e expansão desses serviços;

Ação Nº 2 - Identificar quais especialidades estão ativas, o volume de atendimentos e a existência de fila de espera;

Ação Nº 3 - Renovar ou ampliar contratos com médicos especialistas conforme a necessidade identificada;

Ação Nº 4 - Garantir que os consultórios, salas de atendimento e equipamentos estejam em bom estado de uso;

Ação Nº 5 - Utilizar sistema eletrônico (como SISREG ou próprio) para organizar a fila de espera e otimizar o agendamento;

Ação Nº 6 - Aplicar questionários simples após atendimentos para mensurar a qualidade do serviço;

Ação Nº 7 - Monitorar volume de atendimentos, absenteísmo, tempo de espera e resolatividade;

Ação Nº 8 - mplantar o serviço de telemedicina para atendimento em especialidades médicas, em articulação com a Atenção Primária.

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício	Resultados
0 - Informações Complementares	Fortalecer e implantar nos ESF as ações de Estratificação de Risco (familiar, individual, hipertensos, diabéticos, gestantes e idosos).	3	1
122 - Administração Geral	Manter Cobertura Populacional da Atenção Básica	100,00	100,00
	Manter o custeio do CEM	100,00	100,00
	Manter os veículos utilizados para transporte de pacientes para micro e macrorregião de saúde em perfeita condição de uso.	6	4
	Adequar o número de servidores, por meio de Contratação/Concurso/Processo Seletivo, visando atender as necessidades dos serviços	60,00	80,00
	Implantar prontuário eletrônico nas unidades de saúde	4	3
	Implantar/implementar a utilização das cadernetas da pessoa idosa nas unidades de saúde	3	0
	Manter a taxa de mortalidade infantil	0	0
	Manter os cadastros da população dos ESF	100,00	90,00
	Manter o serviço de assistência a urgência e emergência próprio	100,00	100,00
	Atender as demandas das reclamações da população	4	4
	Manter o laboratório Municipal em funcionamento	95,00	100,00
	Capacitar permanentemente os novos integrantes do Conselho Municipal de Saúde.	50,00	20,00
	Capacitar e qualificar os trabalhadores dos serviços de saúde em geral	80,00	80,00
	Implantar / Implementar Protocolo de Manejo de Urgência e Emergência Psiquiátricas nas unidades de saúde do município	2	0
	Manter a taxa de mortalidade materna	0	0
	Ampliar a Cobertura de Saúde Bucal	95,00	100,00
	Instituir um comitê e Aprimorar as ações no combate ao mosquito transmissor da Dengue, Zika Vírus, Chikungunya	4	2
	Realizar ajustes na infra estrutura das unidades de saúde (reformas, aquisições de equipamentos e mobiliários) conforme propostas aprovadas	0	2
	Realizar reuniões do CMS	6	3
	Realizar campanha de Uso Racional de Medicamentos junto ao usuário, de modo individual e coletivo	0	1
Diminuir a proporção de gravidez na adolescência (10 a 19 ano)	30,00	16,00	
Mantida as pactuações vigentes e ampliadas a medida do possível através da regionalização. (especialidade medica e odontológicas)	80,00	100,00	

	Garantir os equipamentos e pessoal necessários para funcionamento	90,00	90,00
	Inspecções sanitárias realizadas nos estabelecimentos classificados como de alto risco sob responsabilidade do município, conforme estabelecido em legislações sanitárias	80,00	80,00
	Manter ou ampliar cobertura Vacinal de Influenza nos grupos prioritários.	75,00	78,00
	Fazer aquisição de veículos, através de emendas parlamentares para serem utilizados nas ações e serviços da Secretaria Municipal de Saúde	3	4
	Realizar Conferência Municipal de Saúde	2	1
	Promover ação voltada a promoção da saúde mental dos profissionais	4	1
	Manter a cobertura das condicionalidades de saúde bolsa família	80,00	98,00
	Manter os serviços de especialidades no município	5	1
	Realizar ação coletiva de promoção e prevenção de saúde em geral, em alusão aos meses característicos	2	40
	Ampliar a proporção de nascidos vivos com mais de 6 consultas pré natal realizadas	50,00	80,00
	Ampliar o acompanhamento de pacientes com HAS e DM na aferição de pressão arterial e realização de exames de hemoglobina glicada	0,00	72,00
	Garantir os equipamentos e pessoal necessários para funcionamento da VISA	50,00	80,00
	Manter o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos	0	0
	Encaminhar gestantes de alto risco ao serviço especializado conforme estratificação de risco	90,00	100,00
	Participar nas reuniões da CIR e CIB	90,00	100,00
	Monitorar os casos de surtos de Diarréias	70,00	70,00
	Fortalecer e implantar nos ESF as ações de Estratificação de Risco (familiar, individual, hipertensos, diabéticos, gestantes e idosos).	3	1
	Realizar pagamento de pessoal dos setores da secretaria de saúde.	100,00	100,00
	Implantar nos ESF a busca ativa dos casos com testes de triagem neonatal com resultado alterado para intervenção e tratamento precoce	0	3
	Manter o estoque mínimo de medicamentos básicos para dispensação aos usuários, evitando o desabastecimento	90,00	90,00
	Atingir os medicamentos de Demandas Judiciais adquiridos em tempo adequado para o seu atendimento	90,00	90,00
	Ampliar a cobertura da vitamina A e sulfato ferroso, para criança e gestante	80,00	50,00
	Instituir ação voltada a equidade	3	2
301 - Atenção Básica	Manter Cobertura Populacional da Atenção Básica	100,00	100,00
	Garantir os casos suspeitos e/ou confirmados de doença/agravos relacionados ao trabalho sejam notificados no município.	95,00	100,00
	Manter ou ampliar o número de registros de óbitos com causas básicas definidas	80,00	70,00
	Manter a proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos de coortes	100,00	100,00
	Manter os veículos utilizados para transporte de pacientes para micro e macrorregião de saúde em perfeita condição de uso.	6	4
	Adequar o número de servidores, por meio de Contratação/Concurso/Processo Seletivo, visando atender as necessidades dos serviços	60,00	80,00
	Implantar prontuário eletrônico nas unidades de saúde	4	3
	Implantar/implementar a utilização das cadernetas da pessoa idosa nas unidades de saúde	3	0
	Manter a taxa de mortalidade infantil	0	0
	Manter os cadastros da população dos ESF	100,00	90,00
	Atender as demandas das reclamações da população	4	4
	Manter o comitê de enfrentamento de pandemias enquanto durar a pandemia.	3	2
	Realizar ação de prevenção a tuberculose, da Leishmaniose Visceral e Tegumentar Americana, e acidentes anti-rábitos e Violência interpessoal/autoprovocada	3	1
	Manter o laboratório Municipal em funcionamento	95,00	100,00

Capacitar e qualificar os trabalhadores dos serviços de saúde em geral	80,00	80,00
Implantar / Implementar Protocolo de Manejo de Urgência e Emergência Psiquiátricas nas unidades de saúde do município	2	0
Manter a taxa de mortalidade materna	0	0
Ampliar a Cobertura de Saúde Bucal	95,00	100,00
Ampliar as coberturas vacinais adequadas do calendário básico de Vacinação da Criança menores de 2 ano	90,00	95,00
Instituir um comitê e Aprimorar as ações no combate ao mosquito transmissor da Dengue, Zika Vírus, Chikungunya	4	2
Realizar ajustes na infra estrutura das unidades de saúde (reformas, aquisições de equipamentos e mobiliários) conforme propostas aprovadas	0	2
Realizar campanha de Uso Racional de Medicamentos junto ao usuário, de modo individual e coletivo	0	1
Diminuir a proporção de gravidez na adolescência (10 a 19 ano)	30,00	16,00
Mantida as pactuações vigentes e ampliadas a medida do possível através da regionalização. (especialidade medica e odontológicas)	80,00	100,00
Manter ou ampliar cobertura Vacinal de Influenza nos grupos prioritários.	75,00	78,00
Garantir a realização de campanha de vacinação anti-rábica dos cães e gatos.	2	2
Fazer aquisição de veículos, através de emendas parlamentares para serem utilizados nas ações e serviços da Secretaria Municipal de Saúde	3	4
Promover ação voltada a promoção da saúde mental dos profissionais	4	1
Manter a cobertura das condicionalidades de saúde bolsa família	80,00	98,00
Realizar ações educativas de prevenção e promoção sanitárias na comunidade, anualmente	3	8
Investigar os acidentes relacionados ao trabalho que tenha ocorrido no território do município.	90,00	100,00
Notificar e monitorar os casos suspeitos das Síndromes Gripais e COVID-19	80,00	100,00
Realizar ação voltada a Incentivar as notificações e melhorar a qualidade das informações das fichas de notificação em todos os serviços de atenção básica e hospitalar,	2	1
Manter participação do município no Programa Mais Médico	2	2
Realizar ação coletiva de promoção e prevenção de saúde em geral, em alusão aos meses característicos	2	40
Ampliar a proporção de nascidos vivos com mais de 6 consultas pré natal realizadas	50,00	80,00
Ampliar o acompanhamento de pacientes com HAS e DM na aferição de pressão arterial e realização de exames de hemoglobina glicada	0,00	72,00
Manter o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos	0	0
Encerrar oportunamente as notificações de agravos compulsórios registrados no SINAN	100,00	80,00
Encaminhar gestantes de alto risco ao serviço especializado conforme estratificação de risco	90,00	100,00
Manter a proporção de gestantes com atendimento odontológico	80,00	50,00
Monitorar os casos de surtos de Diarréias	70,00	70,00
Manter ou ampliar a razão na realização de exames citopatológico em mulheres de 25 – 64 anos	40,00	50,00
Fortalecer e implantar nos ESF as ações de Estratificação de Risco (familiar, individual, hipertensos, diabéticos, gestantes e idosos).	3	1
Realizar pagamento de pessoal dos setores da secretaria de saúde.	100,00	100,00
Ampliar a razão na realização de mamografias em mulheres de 50-69 anos	50,00	50,00
Ampliar a cobertura teste do pezinho das crianças do 3 ao 5 dia de vida	95,00	100,00
Implantar nos ESF a busca ativa dos casos com testes de triagem neonatal com resultado alterado para intervenção e tratamento precoce	0	3
Implantar o planejamento familiar no município, com a disponibilização dos métodos contraceptivos	4	2
Manter o estoque mínimo de medicamentos básicos para dispensação aos usuários, evitando o desabastecimento	90,00	90,00
Manter o número de casos de sífilis congênita	3	0
Ampliar a cobertura da vitamina A e sulfato ferroso, para criança e gestante	80,00	50,00

	Instituir ação voltada a equidade	3	2
	implantar equipe de saúde mental no ambito da APS	0	0
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Implantar prontuário eletrônico nas unidades de saúde	4	3
	Manter o custeio do CEM	100,00	100,00
	Garantir os casos suspeitos e/ou confirmados de doença/agravos relacionados ao trabalho sejam notificados no município.	95,00	100,00
	Manter ou ampliar o número de registros de óbitos com causas básicas definidas	80,00	70,00
	Manter os veículos utilizados para transporte de pacientes para micro e macrorregião de saúde em perfeita condição de uso.	6	4
	Manter a taxa de mortalidade materna	0	0
	Manter o serviço de assistência a urgência e emergência próprio	100,00	100,00
	Manter o laboratório Municipal em funcionamento	95,00	100,00
	Capacitar e qualificar os trabalhadores dos serviços de saúde em geral	80,00	80,00
	Instituir um comitê e Aprimorar as ações no combate ao mosquito transmissor da Dengue, Zika Vírus, Chikungunya	4	2
	Mantida as pactuações vigentes e ampliadas a medida do possível através da regionalização. (especialidade medica e odontológicas)	80,00	100,00
	Garantir os equipamentos e pessoal necessários para funcionamento	90,00	90,00
	Fazer aquisição de veículos, através de emendas parlamentares para serem utilizados nas ações e serviços da Secretaria Municipal de Saúde	3	4
	Promover ação voltada a promoção da saúde mental dos profissionais	4	1
	Realizar ação voltada a Incentivar as notificações e melhorar a qualidade das informações das fichas de notificação em todos os serviços de atenção básica e hospitalar,	2	1
	Manter os serviços de especialidades no município	5	1
	Investigar os acidentes relacionados ao trabalho que tenha ocorrido no território do município.	90,00	100,00
	Notificar e monitorar os casos suspeitos das Síndromes Gripais e COVID-19	80,00	100,00
	Ampliar o acompanhamento de pacientes com HAS e DM na aferição de pressão arterial e realização de exames de hemoglobina glicada	0,00	72,00
	Manter o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos	0	0
Encerrar oportunamente as notificações de agravos compulsórios registrados no SINAN	100,00	80,00	
Realizar pagamento de pessoal dos setores da secretaria de saúde.	100,00	100,00	
Manter o estoque mínimo de medicamentos básicos para dispensação aos usuários, evitando o desabastecimento	90,00	90,00	
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Implantar/implementar a utilização das cadernetas da pessoa idosa nas unidades de saúde	3	0
	Manter o custeio do CEM	100,00	100,00
	Capacitar e qualificar os trabalhadores dos serviços de saúde em geral	80,00	80,00
	Manter o serviço de assistência a urgência e emergência próprio	100,00	100,00
	Manter o laboratório Municipal em funcionamento	95,00	100,00
	Realizar campanha de Uso Racional de Medicamentos junto ao usuário, de modo individual e coletivo	0	1
	Manter os serviços de especialidades no município	5	1
	Ampliar o acompanhamento de pacientes com HAS e DM na aferição de pressão arterial e realização de exames de hemoglobina glicada	0,00	72,00
	Encaminhar gestantes de alto risco ao serviço especializado conforme estratificação de risco	90,00	100,00
	Realizar pagamento de pessoal dos setores da secretaria de saúde.	100,00	100,00
	Implantar o planejamento familiar no município, com a disponibilização dos métodos contraceptivos	4	2
	Manter o estoque mínimo de medicamentos básicos para dispensação aos usuários, evitando o desabastecimento	90,00	90,00
	Atingir os medicamentos de Demandas Judiciais adquiridos em tempo adequado para o seu atendimento	90,00	90,00

304 - Vigilância Sanitária	Manter os veículos utilizados para transporte de pacientes para micro e macrorregião de saúde em perfeita condição de uso.	6	4
	Garantir os casos suspeitos e/ou confirmados de doença/agravos relacionados ao trabalho sejam notificados no município.	95,00	100,00
	Capacitar e qualificar os trabalhadores dos serviços de saúde em geral	80,00	80,00
	Realizar campanha educativa sobre saúde do trabalhador focando a importância do uso dos EPI's, realização de exames médicos, risco ocupacional e etc.	5	2
	Manter o comitê de enfrentamento de pandemias enquanto durar a pandemia.	3	2
	Realizar ação de prevenção a tuberculose, da Leishmaniose Visceral e Tegumentar Americana, e acidentes anti-rábicos e Violência interpessoal/autoprovocada	3	1
	Instituir um comitê e Aprimorar as ações no combate ao mosquito transmissor da Dengue, Zika Vírus, Chikungunya	4	2
	Cumprir a meta determinada pela Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, para a análise dos parâmetros de coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	60,00	60,00
	Atingir o preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	95,00	90,00
	Fazer aquisição de veículos, através de emendas parlamentares para serem utilizados nas ações e serviços da Secretaria Municipal de Saúde	3	4
	Garantir os equipamentos e pessoal necessários para funcionamento	90,00	90,00
	Inspeções sanitárias realizadas nos estabelecimentos classificados como de alto risco sob responsabilidade do município, conforme estabelecido em legislações sanitárias	80,00	80,00
	Garantir a realização de campanha de vacinação anti-rábica dos cães e gatos.	2	2
	Realizar ação voltada a Incentivar as notificações e melhorar a qualidade das informações das fichas de notificação em todos os serviços de atenção básica e hospitalar,	2	1
	Realizar ações educativas de prevenção e promoção sanitárias na comunidade, anualmente	3	8
	Investigar os acidentes relacionados ao trabalho que tenha ocorrido no território do município.	90,00	100,00
	Notificar e monitorar os casos suspeitos das Síndromes Gripais e COVID-19	80,00	100,00
	Encerrar oportunamente as notificações de agravos compulsórios registrados no SINAN	100,00	80,00
	Garantir os equipamentos e pessoal necessários para funcionamento da VISA	50,00	80,00
	Manter o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos	0	0
Monitorar os casos de surtos de Diarréias	70,00	70,00	
Realizar pagamento de pessoal dos setores da secretaria de saúde.	100,00	100,00	
305 - Vigilância Epidemiológica	Manter a taxa de mortalidade infantil	0	0
	Garantir os casos suspeitos e/ou confirmados de doença/agravos relacionados ao trabalho sejam notificados no município.	95,00	100,00
	Manter ou ampliar o número de registros de óbitos com causas básicas definidas	80,00	70,00
	Manter a proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos de coortes	100,00	100,00
	Manter os veículos utilizados para transporte de pacientes para micro e macrorregião de saúde em perfeita condição de uso.	6	4
	Manter os cadastros da população dos ESF	100,00	90,00
	Manter o comitê de enfrentamento de pandemias enquanto durar a pandemia.	3	2
	Realizar ação de prevenção a tuberculose, da Leishmaniose Visceral e Tegumentar Americana, e acidentes anti-rábicos e Violência interpessoal/autoprovocada	3	1
	Manter o laboratório Municipal em funcionamento	95,00	100,00
	Capacitar e qualificar os trabalhadores dos serviços de saúde em geral	80,00	80,00
	Manter a taxa de mortalidade materna	0	0
	Ampliar a Cobertura de Saúde Bucal	95,00	100,00
	Cumprir a meta determinada pela Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, para a análise dos parâmetros de coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	60,00	60,00

	Atingir o preenchimento do campo “ocupação” nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	95,00	90,00
	Ampliar as coberturas vacinais adequadas do calendário básico de Vacinação da Criança menores de 2 ano	90,00	95,00
	Instituir um comitê e Aprimorar as ações no combate ao mosquito transmissor da Dengue, Zika Vírus, Chikungunya	4	2
	Diminuir a proporção de gravidez na adolescência (10 a 19 ano)	30,00	16,00
	Fazer aquisição de veículos, através de emendas parlamentares para serem utilizados nas ações e serviços da Secretaria Municipal de Saúde	3	4
	Manter ou ampliar cobertura Vacinal de Influenza nos grupos prioritários.	75,00	78,00
	Garantir a realização de campanha de vacinação anti-rábica dos cães e gatos.	2	2
	Manter a cobertura das condicionalidades de saúde bolsa família	80,00	98,00
	Investigar os acidentes relacionados ao trabalho que tenha ocorrido no território do município.	90,00	100,00
	Notificar e monitorar os casos suspeitos das Síndromes Gripais e COVID-19	80,00	100,00
	Realizar ação voltada a Incentivar as notificações e melhorar a qualidade das informações das fichas de notificação em todos os serviços de atenção básica e hospitalar,	2	1
	Ampliar a proporção de nascidos vivos com mais de 6 consultas pré natal realizadas	50,00	80,00
	Encaminhar gestantes de alto risco ao serviço especializado conforme estratificação de risco	90,00	100,00
	Encerrar oportunamente as notificações de agravos compulsórios registrados no SINAN	100,00	80,00
	Manter ou ampliar a razão na realização de exames citopatológico em mulheres de 25 – 64 anos	40,00	50,00
	Monitorar os casos de surtos de Diarréias	70,00	70,00
	Realizar o número de ciclos que atingiram mínimo de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	6	4
	Ampliar a cobertura teste do pezinho das crianças do 3 ao 5 dia de vida	95,00	100,00
	Realizar pagamento de pessoal dos setores da secretaria de saúde.	100,00	100,00
	Ampliar a razão na realização de mamografias em mulheres de 50-69 anos	50,00	50,00
	Implantar nos ESF's busca ativa dos casos com testes de triagem neonatal com resultado alterado para intervenção e tratamento precoce	0	3
	Instituir um Comitê de mortalidade materno infantil	0	1
	Manter o número de casos de sífilis congênita	3	0
	Ampliar a cobertura da vitamina A e sulfato ferroso, para criança e gestante	80,00	50,00
306 - Alimentação e Nutrição	Capacitar e qualificar os trabalhadores dos serviços de saúde em geral	80,00	80,00
	Manter a cobertura das condicionalidades de saúde bolsa família	80,00	98,00
	Realizar pagamento de pessoal dos setores da secretaria de saúde.	100,00	100,00

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos										
Subfunções	Categoria Econômica	Recursos ordinários - Fonte Livre (R\$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
122 - Administração Geral	Corrente	5.457.370,42	5.457.370,42	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	10.914.740,84
	Capital	0,00	4.250,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	4.250,00
301 - Atenção Básica	Corrente	0,00	4.527.538,28	2.132.837,30	1.151.739,72	N/A	N/A	N/A	N/A	7.812.115,30
	Capital	0,00	1.250,00	361.284,00	25.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	387.534,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	0,00	2.700.385,94	1.273.414,84	334.316,00	N/A	N/A	N/A	N/A	4.308.116,78
	Capital	0,00	280.382,00	N/A	12.968,00	N/A	N/A	N/A	N/A	293.350,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	0,00	372.641,00	46.285,00	8.478,00	N/A	N/A	N/A	N/A	427.404,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	0,00	326.895,36	18.663,00	250,00	N/A	N/A	N/A	N/A	345.808,36
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	0,00	1.003.933,00	96.266,86	119.096,28	N/A	N/A	N/A	N/A	1.219.296,14
	Capital	0,00	3.750,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	3.750,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 21/04/2026.

- Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

A análise das metas da Programação Anual de Saúde (PAS) 2025 demonstra que o município apresentou **bom desempenho geral no cumprimento das metas pactuadas**, com predomínio de resultados satisfatórios e, em diversos casos, superação dos percentuais previstos. Observa-se que as metas relacionadas à Atenção Primária à Saúde, vigilância em saúde e assistência direta à população alcançaram elevados índices de cumprimento, refletindo a efetividade das ações desenvolvidas pelas equipes e a organização dos serviços no território.

Destacam-se positivamente metas como cobertura da Atenção Básica, saúde bucal, acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família, cobertura vacinal, pré-natal e manutenção de serviços essenciais, muitas das quais atingiram ou ultrapassaram 100% de execução. Esses resultados evidenciam a consolidação das ações de rotina e a capacidade de resposta do município nas áreas prioritárias do SUS.

Por outro lado, verifica-se que parte das metas não foi atingida ou apresentou baixo desempenho, especialmente aquelas relacionadas à implantação de novos serviços, programas e processos estruturantes, como saúde mental, práticas integrativas, protocolos assistenciais, ações voltadas à pessoa idosa e fortalecimento do controle social. Também foram identificadas metas com execução parcial, indicando necessidade de maior monitoramento e planejamento mais assertivo.

De forma geral, a média de cumprimento das metas pode ser considerada **intermediária a alta**, demonstrando que o município conseguiu executar a maior parte das ações planejadas, embora ainda enfrente desafios na implementação de iniciativas estruturantes e inovadoras. Esse cenário reforça a importância de qualificar o planejamento em saúde, fortalecer a gestão e garantir condições adequadas para execução integral das metas propostas, visando maior efetividade das políticas públicas e melhoria contínua dos indicadores de saúde da população.

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

O processo de Pactuação Interfederativa de Indicadores foi **descontinuado** com a revogação da Resolução nº 8/2016 a partir da publicação da Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021. Para mais informações, consultar a **Nota Técnica nº 20/2021-DGIP/SE/MS**

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 21/04/2026.

9. Execução Orçamentária e Financeira

A disponibilização dos dados do SIOPS, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo FNS/SE/MS.

9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção											
Subfunções	Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL	
301 - Atenção Básica	Corrente	0,00	4.434.837,24	2.531.524,03	446.443,02	0,00	0,00	0,00	30.000,00	7.442.804,29	
	Capital	0,00	26.480,81	2.226.512,11	86.096,30	0,00	0,00	0,00	35.200,00	2.374.289,22	
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	0,00	5.702.980,61	659.137,97	953.052,76	0,00	0,00	0,00	132.000,00	7.447.171,34	
	Capital	0,00	334.738,00	184.228,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.234,00	587.200,00	
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	0,00	68.453,82	84.516,83	28.195,92	0,00	0,00	0,00	76.951,75	258.118,32	
	Capital	0,00	5.553,86	22.673,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.227,76	
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	0,00	505.574,44	33.709,80	49.610,70	0,00	0,00	0,00	0,00	588.894,94	
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	0,00	1.112.987,61	3.139,50	110.744,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.226.871,71	
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Subfunções	Corrente	0,00	6.591.759,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79.297,24	6.671.057,22	
	Capital	0,00	7.184,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.184,00	
TOTAL		0,00	18.790.550,37	5.745.442,14	1.674.143,30	0,00	0,00	0,00	421.682,99	26.631.818,80	

(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 24/03/2026.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	14,28 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	77,11 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	9,14 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	84,54 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	24,27 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	68,53 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 3.055,51
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	48,10 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	3,13 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	16,68 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	11,25 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	11,94 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	38,36 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	18,69 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 24/03/2026.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100

RECEITA DE IMPOSTOS (I)	14.858.728,00	14.858.728,00	20.624.133,02	138,80
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	947.714,00	947.714,00	882.450,95	93,11
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	3.254.672,00	3.254.672,00	6.045.291,57	185,74
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.414.741,00	7.414.741,00	10.071.400,24	135,83
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	3.241.601,00	3.241.601,00	3.624.990,26	111,83
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	67.169.244,00	67.169.244,00	78.329.455,41	116,62
Cota-Parte FPM	16.271.180,00	16.271.180,00	17.992.257,26	110,58
Cota-Parte ITR	386.323,00	386.323,00	3.336.683,14	863,70
Cota-Parte do IPVA	1.249.235,00	1.249.235,00	995.476,75	79,69
Cota-Parte do ICMS	48.854.025,00	48.854.025,00	55.356.188,06	113,31
Cota-Parte do IPI - Exportação	408.481,00	408.481,00	648.850,20	158,84
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	82.027.972,00	82.027.972,00	98.953.588,43	120,63

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.528.788,28	4.461.610,54	4.461.318,05	99,99	4.185.725,34	93,82	3.857.378,97	86,46	275.592,71
Despesas Correntes	4.527.538,28	4.435.129,73	4.434.837,24	99,99	4.185.725,34	94,38	3.857.378,97	86,97	249.111,90
Despesas de Capital	1.250,00	26.480,81	26.480,81	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.480,81
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.980.767,94	6.055.655,75	6.037.718,61	99,70	5.132.226,55	84,75	4.412.396,41	72,86	905.492,06
Despesas Correntes	2.700.385,94	5.720.917,75	5.702.980,61	99,69	5.047.488,55	88,23	4.327.658,41	75,65	655.492,06
Despesas de Capital	280.382,00	334.738,00	334.738,00	100,00	84.738,00	25,31	84.738,00	25,31	250.000,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	372.641,00	75.168,13	74.007,68	98,46	69.762,12	92,81	68.452,12	91,07	4.245,56
Despesas Correntes	372.641,00	68.641,00	68.453,82	99,73	68.452,12	99,72	68.452,12	99,72	1,70
Despesas de Capital	0,00	6.527,13	5.553,86	85,09	1.310,00	20,07	0,00	0,00	4.243,86
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	326.895,36	507.713,36	505.574,44	99,58	496.666,76	97,82	469.516,59	92,48	8.907,68
Despesas Correntes	326.895,36	507.713,36	505.574,44	99,58	496.666,76	97,82	469.516,59	92,48	8.907,68
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	1.007.683,00	1.113.289,00	1.112.987,61	99,97	1.112.987,61	99,97	957.476,28	86,00	0,00
Despesas Correntes	1.003.933,00	1.113.239,00	1.112.987,61	99,98	1.112.987,61	99,98	957.476,28	86,01	0,00
Despesas de Capital	3.750,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	5.461.620,42	6.643.908,08	6.598.943,98	99,32	6.409.633,93	96,47	6.177.537,27	92,98	189.310,05
Despesas Correntes	5.457.370,42	6.636.724,08	6.591.759,98	99,32	6.402.449,93	96,47	6.170.353,27	92,97	189.310,05
Despesas de Capital	4.250,00	7.184,00	7.184,00	100,00	7.184,00	100,00	7.184,00	100,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	14.678.396,00	18.857.344,86	18.790.550,37	99,65	17.407.002,31	92,31	15.942.757,64	84,54	1.383.548,06

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	18.790.550,37	17.407.002,31	15.942.757,64
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	295.548,23	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	18.495.002,14	17.407.002,31	15.942.757,64
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			14.843.038,26
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	3.651.963,88	2.563.964,05	1.099.719,38
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	18,69	17,59	16,11

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO ²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIII d)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	14.843.038,26	18.495.002,14	3.651.963,88	2.847.792,73	295.548,23	0,00	0,00	2.847.792,73	0,00	3.947.512,11
Empenhos de 2024	12.788.953,48	16.558.891,17	3.769.937,69	768.485,96	0,00	0,00	508.693,86	259.786,86	5,24	3.769.932,45
Empenhos de 2023	12.126.142,53	13.167.465,28	1.041.322,75	398.987,11	522.675,46	0,00	0,00	398.987,11	0,00	1.563.998,21
Empenhos de 2022	12.203.978,10	18.725.804,07	6.521.825,97	694,88	697.984,79	0,00	0,00	694,88	0,00	7.219.810,76
Empenhos de 2021	11.078.358,15	15.969.195,81	4.890.837,66	6.962,39	0,00	0,00	0,00	6.962,39	0,00	4.890.837,66
Empenhos de 2020	8.827.090,98	11.629.187,66	2.802.096,68	17.848,87	381.592,94	0,00	0,00	17.848,87	0,00	3.183.689,62
Empenhos de 2019	9.117.352,83	9.549.788,17	432.435,34	52.331,72	241.284,09	0,00	0,00	52.331,72	0,00	673.719,43

Empenhos de 2018	6.348.114,37	6.361.497,59	13.383,22	0,00	256.418,72	0,00	0,00	0,00	0,00	269.801,94
Empenhos de 2017	3.956.525,30	4.505.613,25	549.087,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	549.087,95
Empenhos de 2016	3.666.081,81	5.207.196,36	1.541.114,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.541.114,55
Empenhos de 2015	3.422.614,49	4.390.849,34	968.234,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	968.234,85
Empenhos de 2014	3.117.741,39	4.654.836,27	1.537.094,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.537.094,88
Empenhos de 2013	2.695.110,73	4.564.340,49	1.869.229,76	0,00	113.700,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.982.930,32

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r") **0,00**

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior) **0,00**

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012) **0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	5.639.058,00	5.639.058,00	10.217.112,47	181,18
Provenientes da União	4.439.178,00	4.439.178,00	8.637.640,26	194,58
Provenientes dos Estados	1.199.880,00	1.199.880,00	1.579.472,21	131,64
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	5.639.058,00	5.639.058,00	10.217.112,47	181,18

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	3.675.881,02	6.263.311,54	5.355.775,46	85,51	3.624.381,03	57,87	3.389.020,69	54,11	1.731.394,43
Despesas Correntes	3.289.597,02	3.393.426,53	3.007.967,05	88,64	2.907.757,58	85,69	2.704.740,20	79,71	100.209,47
Despesas de Capital	386.284,00	2.869.885,01	2.347.808,41	81,81	716.623,45	24,97	684.280,49	23,84	1.631.184,96
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	1.620.698,84	2.348.310,53	1.996.652,73	85,03	1.907.727,23	81,24	1.882.637,90	80,17	88.925,50

Despesas Correntes	1.607.730,84	2.087.410,53	1.744.190,73	83,56	1.655.265,23	79,30	1.630.175,90	78,10	88.925,50
Despesas de Capital	12.968,00	260.900,00	252.462,00	96,77	252.462,00	96,77	252.462,00	96,77	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	54.763,00	272.905,29	212.338,40	77,81	199.862,50	73,24	199.728,70	73,19	12.475,90
Despesas Correntes	54.763,00	243.812,65	189.664,50	77,79	189.664,50	77,79	189.530,70	77,74	0,00
Despesas de Capital	0,00	29.092,64	22.673,90	77,94	10.198,00	35,05	10.198,00	35,05	12.475,90
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	18.913,00	280.212,00	83.320,50	29,73	83.320,50	29,73	68.671,80	24,51	0,00
Despesas Correntes	18.913,00	280.212,00	83.320,50	29,73	83.320,50	29,73	68.671,80	24,51	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	215.363,14	190.491,14	113.884,10	59,78	113.884,10	59,78	113.884,10	59,78	0,00
Despesas Correntes	215.363,14	190.491,14	113.884,10	59,78	113.884,10	59,78	113.884,10	59,78	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	0,00	96.020,00	79.297,24	82,58	79.297,24	82,58	79.256,69	82,54	0,00
Despesas Correntes	0,00	96.020,00	79.297,24	82,58	79.297,24	82,58	79.256,69	82,54	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII+ XXXIX)	5.585.619,00	9.451.250,50	7.841.268,43	82,97	6.008.472,60	63,57	5.733.199,88	60,66	1.832.795,83

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA(XLI) = (IV + XXXIII)	8.204.669,30	10.724.922,08	9.817.093,51	91,54	7.810.106,37	72,82	7.246.399,66	67,57	2.006.987,14
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	4.601.466,78	8.403.966,28	8.034.371,34	95,60	7.039.953,78	83,77	6.295.034,31	74,91	994.417,56
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	427.404,00	348.073,42	286.346,08	82,27	269.624,62	77,46	268.180,82	77,05	16.721,46
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	345.808,36	787.925,36	588.894,94	74,74	579.987,26	73,61	538.188,39	68,30	8.907,68
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	1.223.046,14	1.303.780,14	1.226.871,71	94,10	1.226.871,71	94,10	1.071.360,38	82,17	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	5.461.620,42	6.739.928,08	6.678.241,22	99,08	6.488.931,17	96,28	6.256.793,96	92,83	189.310,05
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	20.264.015,00	28.308.595,36	26.631.818,80	94,08	23.415.474,91	82,72	21.675.957,52	76,57	3.216.343,89
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	5.585.619,00	9.451.250,50	7.841.268,43	82,97	6.008.472,60	63,57	5.733.199,88	60,66	1.832.795,83

TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	14.678.396,00	18.857.344,86	18.790.550,37	99,65	17.407.002,31	92,31	15.942.757,64	84,54	1.383.548,06
--	---------------	---------------	---------------	-------	---------------	-------	---------------	-------	--------------

FONTE: SIOPS, Mato Grosso do Sul 30/01/26 12:37:58

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2025 (Fonte: FNS)	Valor Executado
Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	1030151198581 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE	R\$ 2.544.052,00	484606,23
	10303511720AH - ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS	R\$ 29.092,64	10198,00
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10122512100UW - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS PARA O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	R\$ 63.139,35	62676,12
	10301511900UC - TRANSFERÊNCIA AOS ENTES FEDERATIVOS PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	R\$ 631.488,00	631488,00
	103015119219A - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R\$ 1.665.727,29	1058642,50
	10301511921CE - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - NACIONAL	R\$ 983,75	983,75
	1030151192E89 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R\$ 2.474.312,00	436245,29
	1030251182E90 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R\$ 250.000,00	250000,00
	1030251188585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R\$ 223.771,00	214121,83
	10303511720AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R\$ 69.614,40	60726,00
	10304512320AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 11.000,00	11000,00
	10305512300UB - TRANSFERÊNCIA AOS ENTES FEDERATIVOS PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	R\$ 157.872,00	157872,00
	10305512320AL - APOIO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 45.848,34	45848,34
	10306513320QH - IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	R\$ 35.684,19	0,00

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1 – Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.

2 – Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

9.5. Relatório de Execução de Recursos Repassados por Emenda Parlamentar

Não há informações cadastradas para o período do Relatório de Execução de Recursos Repassados por Emenda Parlamentar.

• Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

A análise da execução orçamentária e financeira do exercício de 2025 demonstra que o município apresentou adequado desempenho na aplicação dos recursos em saúde, com cumprimento das exigências legais e manutenção do equilíbrio entre financiamento e execução das ações e serviços públicos de saúde. O total de despesas com saúde atingiu R\$ 26.631.818,80, evidenciando a priorização do setor no âmbito municipal e a capacidade de execução dos recursos disponíveis.

No que se refere à aplicação mínima constitucional, o município destinou 18,69% da receita de impostos e transferências constitucionais em ações e serviços públicos de saúde, percentual superior ao mínimo de 15% estabelecido pela Lei Complementar nº 141/2012, demonstrando compromisso da gestão com o financiamento do SUS e responsabilidade fiscal. Além disso, não houve descumprimento de limites em exercícios anteriores, indicando regularidade na aplicação dos recursos ao longo dos anos.

A análise por subfunção evidencia maior concentração de recursos na Atenção Básica e na Assistência Hospitalar e Ambulatorial, que representam a maior parte dos investimentos em saúde, refletindo a organização da rede assistencial e a priorização das ações de acesso e cuidado direto à população. Também se destacam os investimentos em vigilância em saúde e suporte profilático e terapêutico, fundamentais para a prevenção de agravos e controle epidemiológico.

Em relação à composição das despesas, observa-se predominância de gastos com pessoal, seguidos por serviços de terceiros e investimentos, evidenciando uma estrutura de custos compatível com a manutenção dos serviços de saúde. A despesa per capita em saúde foi de R\$ 3.055,51 por habitante, demonstrando esforço financeiro significativo do município para garantir a oferta de serviços à população.

Destaca-se ainda a importância das transferências intergovernamentais no financiamento do sistema de saúde, com forte participação de recursos federais e estaduais, além do apoio por meio de emendas parlamentares que contribuíram para o custeio e fortalecimento das ações e serviços. A execução orçamentária apresentou elevados índices de empenho, liquidação e pagamento, especialmente nas principais subfunções, indicando boa capacidade de planejamento e execução financeira.

De forma geral, o município demonstra boa governança na gestão dos recursos da saúde, com aplicação acima do mínimo legal, adequada execução orçamentária e

priorização das áreas estratégicas. Recomenda-se a continuidade do fortalecimento do planejamento, do monitoramento financeiro e da qualificação da execução dos recursos, visando maior eficiência, transparência e sustentabilidade na gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal.

10. Auditorias

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias.

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)

Data da consulta: 21/04/2026.

Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 21/04/2026.

- Análises e Considerações sobre Auditorias
auardando relatorio auditoria inciada em 2022

11. Análises e Considerações Gerais

O Relatório Anual de Gestão (RAG) 2025 do município de Selvíria evidencia avanços relevantes na organização e execução das ações e serviços de saúde, especialmente no fortalecimento da Atenção Primária à Saúde como principal porta de entrada do sistema e coordenadora do cuidado. Observa-se elevada produção assistencial, com expressivo volume de visitas domiciliares, atendimentos individuais e procedimentos, indicando forte presença das equipes no território e ampliação do acesso da população aos serviços de saúde.

Entretanto, a análise mais aprofundada dos dados revela que esse volume expressivo de produção não se traduz, de forma homogênea, em avanços estruturantes no modelo de atenção. Nota-se uma predominância de ações de caráter quantitativo, com fragilidades na consolidação de práticas essenciais como a estratificação de risco, organização de linhas de cuidado e acompanhamento longitudinal qualificado, o que limita a resolutividade da Atenção Primária e sua capacidade de coordenação efetiva da rede.

No campo da informação em saúde, identificam-se inconsistências relevantes que comprometem a análise situacional e a gestão baseada em evidências. Destaca-se a subnotificação da produção do pronto atendimento no Sistema de Informações Ambulatoriais, bem como a ausência de registros na atenção psicossocial, o que não condiz com a realidade assistencial observada no município. Essas fragilidades indicam a necessidade de qualificação dos processos de trabalho e maior rigor na alimentação dos sistemas oficiais, uma vez que impactam diretamente o planejamento, o financiamento e a avaliação das ações.

A rede física de saúde apresenta-se estruturada e sob gestão municipal, com cobertura compatível ao porte populacional e avanços na organização de serviços em espaços próprios, como laboratório e assistência farmacêutica. Contudo, persistem limitações na integração entre os pontos de atenção e na resolutividade local, evidenciadas pela dependência de serviços regionais para média e alta complexidade. Soma-se a isso a ausência de estruturação efetiva da Rede de Atenção Psicossocial, especialmente diante do aumento das demandas relacionadas à saúde mental, configurando um descompasso entre o perfil epidemiológico e a oferta de serviços.

No que se refere à força de trabalho, observa-se evolução na ampliação de vínculos estatutários, contribuindo para maior estabilidade das equipes. Contudo, o encerramento do contrato com Organização Social no início de 2025 evidenciou fragilidades na sustentabilidade do modelo assistencial, com impacto direto na continuidade dos serviços e necessidade de recomposição das equipes, especialmente médicas. Esse cenário reforça desafios relacionados à fixação de profissionais e à organização de equipes completas e estáveis.

A análise das metas da Programação Anual de Saúde demonstra desempenho global satisfatório, com alcance elevado em metas assistenciais e de rotina. No entanto, evidencia-se importante assimetria em relação às metas estruturantes, com baixo desempenho na implantação de programas, organização de processos de trabalho, fortalecimento da saúde mental e qualificação do controle social. Esse padrão indica fragilidade no planejamento estratégico e na capacidade de execução de ações que promovam mudanças estruturais no sistema de saúde.

No âmbito financeiro, o município apresentou execução orçamentária consistente, com aplicação superior ao mínimo constitucional, evidenciando compromisso com o financiamento da saúde. Observa-se, contudo, significativa dependência de transferências intergovernamentais e emendas parlamentares para sustentação do custeio, o que pode representar vulnerabilidade financeira a médio e longo prazo. Além disso, a existência de restos a pagar indica a necessidade de maior alinhamento entre planejamento e execução orçamentária.

Dessa forma, o conjunto da análise evidencia que o município possui uma rede ativa, com boa capacidade de oferta de serviços e execução financeira adequada, porém ainda apresenta desafios importantes relacionados à qualificação da gestão, integração da rede, fortalecimento das ações estruturantes e melhoria da qualidade da informação. Trata-se de um sistema que avançou na ampliação do acesso, mas que ainda necessita consolidar um modelo de atenção mais resolutivo, integrado e orientado por resultados em saúde.

12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

As recomendações para o próximo exercício devem priorizar o enfrentamento dos principais nós críticos identificados na análise do RAG 2025, com foco na qualificação da gestão, melhoria da resolutividade da rede e fortalecimento das ações estruturantes do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal.

Destaca-se como prioridade a **qualificação dos sistemas de informação em saúde**, especialmente no que se refere ao correto lançamento da produção do pronto atendimento no SIA/SUS e à regularização dos registros da atenção psicossocial. A inconsistência dos dados compromete a fidedignidade das informações, impacta o financiamento e fragiliza o planejamento, sendo necessário instituir rotinas de monitoramento, auditoria e responsabilização dos processos de registro.

Outro ponto crítico refere-se ao **fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)**, considerando o aumento das demandas relacionadas à saúde mental e a ausência de produção registrada. Torna-se necessário estruturar e consolidar a oferta de cuidado em saúde mental no território, com organização de fluxos assistenciais, definição de responsabilidades das equipes e integração com a Atenção Primária.

No âmbito da Atenção Primária à Saúde, recomenda-se avançar na **qualificação do modelo assistencial**, superando a lógica centrada na produção quantitativa e fortalecendo ferramentas como estratificação de risco, organização de linhas de cuidado e acompanhamento longitudinal dos usuários, especialmente para condições crônicas, gestantes, idosos e populações vulneráveis.

Em relação à força de trabalho, é fundamental garantir a **estabilidade e completude das equipes**, com prioridade para a regularização da contratação de profissionais médicos e redução da dependência de vínculos precários. A recomposição das equipes deve estar alinhada à necessidade do território, garantindo continuidade do cuidado e maior resolutividade.

Outro aspecto relevante é a necessidade de **fortalecimento da integração da rede de atenção à saúde**, reduzindo a fragmentação do cuidado e qualificando os fluxos entre Atenção Primária, serviços especializados e rede regional. A dependência de serviços externos para média e alta complexidade deve ser acompanhada de mecanismos de regulação mais eficientes e monitoramento dos encaminhamentos.

No campo do planejamento e gestão, recomenda-se aprimorar a **execução das metas estruturantes da Programação Anual de Saúde**, com maior foco na implantação de políticas, programas e protocolos assistenciais, reduzindo a concentração apenas em metas de rotina. É necessário qualificar o planejamento com metas mais factíveis, monitoramento contínuo e responsabilização das equipes.

No aspecto financeiro, destaca-se a importância de **otimizar a execução orçamentária**, com melhor alinhamento entre planejamento e execução, redução de restos a pagar e maior eficiência na utilização dos recursos, especialmente aqueles provenientes de emendas parlamentares. Também é relevante avançar na diversificação das fontes de financiamento, reduzindo a dependência de transferências externas.

Por fim, recomenda-se o fortalecimento das ações de **governança, monitoramento e avaliação**, com institucionalização de processos de análise periódica dos indicadores, apoio às equipes e tomada de decisão baseada em evidências, visando maior eficiência, transparência e qualidade na gestão do Sistema Único de Saúde no município.

EDGAR BARBOSA DOS SANTOS
Secretário(a) de Saúde
SELVÍRIA/MS, 2025

Parecer do Conselho de Saúde

Identificação

- Considerações:

Os dados evidenciam que o município apresenta características de baixa densidade populacional e grande extensão territorial, o que impacta diretamente no acesso e organização dos serviços de saúde. Observa-se estrutura administrativa instituída, com funcionamento regular da Secretaria Municipal de Saúde e dos instrumentos de gestão, apesar de inconsistências cadastrais nos sistemas oficiais. Destaca-se a necessidade de atualização das informações do Fundo Municipal de Saúde e do Conselho nos sistemas, visando maior transparência e fidedignidade dos dados.

Introdução

- Considerações:

O Conselho Municipal de Saúde de Selvíria/MS, no exercício de suas atribuições legais e em conformidade com os princípios do controle social estabelecidos na legislação vigente, analisou o Relatório Anual de Gestão (RAG) referente ao exercício de 2025, considerando-o instrumento fundamental para o acompanhamento, avaliação e fiscalização das ações e serviços públicos de saúde no âmbito municipal.

Após apreciação do documento, o Conselho reconhece os esforços empreendidos pela gestão municipal na execução das ações previstas na Programação Anual de Saúde (PAS), especialmente no fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, na ampliação do acesso aos serviços e na organização das ações de vigilância em saúde.

Destaca-se positivamente a utilização de sistemas oficiais de informação, que conferem maior transparência, confiabilidade e rastreabilidade aos dados apresentados, contribuindo para uma análise mais qualificada dos resultados alcançados.

Entretanto, o Conselho ressalta a necessidade de continuidade e aprimoramento de estratégias voltadas à superação de desafios ainda presentes, tais como:

- o a ampliação do acesso aos serviços de média e alta complexidade;
- o fortalecimento dos fluxos de regulação assistencial;
- o qualificação permanente das equipes de saúde;
- o e o aprimoramento dos indicadores de desempenho, especialmente aqueles relacionados às condições crônicas e às ações de prevenção.

O Conselho reforça a importância da manutenção do diálogo permanente entre gestão e controle social, bem como da transparência na apresentação das informações, como elementos essenciais para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no município.

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:

Os dados apresentados evidenciam que o município de Selvíria/MS possui perfil demográfico em transição, com predomínio da população em idade produtiva e crescimento da população idosa.

Observa-se redução recente no número de nascidos vivos, indicando necessidade de monitoramento das ações de saúde materno-infantil.

As internações hospitalares concentram-se principalmente em doenças do aparelho digestivo, respiratório, infecciosas e parasitárias, além de causas externas, com aumento destas no período analisado.

A mortalidade mantém estabilidade, com predomínio de doenças do aparelho circulatório, seguidas por neoplasias e doenças respiratórias, destacando-se o aumento das doenças endócrinas e metabólicas.

De forma geral, o perfil epidemiológico demonstra a coexistência de doenças transmissíveis e crônicas não transmissíveis, além da relevância das causas externas e dos transtornos mentais no município.

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:

Os dados evidenciam forte atuação da Atenção Primária, com ampla realização de visitas, atendimentos e procedimentos.

Observa-se subregistro na produção de urgência e ausência de registros na atenção psicossocial.

A produção especializada é relevante, porém com baixa oferta de procedimentos cirúrgicos, sugerindo a necessidade de **ampliação dos procedimentos especializados para facilitar o acesso da população**.

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:

A rede física municipal é composta por 10 estabelecimentos, todos sob gestão municipal, com predominância da Atenção Primária estruturada por 4 Unidades Básicas de Saúde.

Observa-se organização da rede com presença de pronto atendimento, serviços de apoio diagnóstico, regulação e especialidades.

Destaca-se a centralização da oferta no município e ausência de consórcio em saúde, indicando possível dependência de referências externas para serviços de maior complexidade, sendo recomendada a **ampliação da rede no próximo exercício** para fortalecimento do acesso e da resolutividade.

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:

Os dados evidenciam força de trabalho majoritariamente vinculada à gestão municipal, com predominância de vínculos estatutários e presença de equipe multiprofissional.

Observa-se crescimento dos vínculos estáveis ao longo dos anos, aliado à manutenção de contratações autônomas e temporárias, especialmente entre profissionais médicos.

Destaca-se a necessidade de fortalecimento de vínculos estáveis e estratégias de provimento para fixação de profissionais, visando maior continuidade e qualidade da assistência.

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:

em saúde e indicadores assistenciais.

Entretanto, observa-se número significativo de metas não alcançadas ou parcialmente executadas, especialmente nas áreas de saúde mental, organização de serviços, implantação de programas e fortalecimento do controle social.

Destaca-se fragilidade na execução de ações estratégicas previstas, com inconsistências entre o planejamento e os resultados apresentados.

Diante disso, o Conselho aponta a necessidade de maior efetividade na execução da PAS, com aprimoramento do monitoramento, avaliação e responsabilização das ações planejadas.

Indicadores de Pactuação Interfederativa

- Considerações:

Sem Parecer

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:

Os dados demonstram cumprimento do mínimo constitucional, com aplicação de 18,69% em saúde e execução orçamentária satisfatória.

Entretanto, observa-se elevada dependência de transferências intergovernamentais, especialmente de recursos federais, o que evidencia fragilidade na autonomia financeira municipal.

Destaca-se ainda concentração de despesas em custeio, com menor proporção de investimentos estruturantes, o que pode limitar a ampliação e qualificação da rede de serviços.

Diante disso, o Conselho ressalta a necessidade de **ampliação do investimento com recursos próprios municipais**, visando fortalecer a estrutura da rede, reduzir dependências externas e garantir maior sustentabilidade e resolutividade do SUS no município.

Auditorias

- Considerações:

conselho segue acompanhando cumprimento das solicitações de mudanças institucionais referente a auditoria

Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:

O Conselho Municipal de Saúde, ao analisar o Relatório Anual de Gestão 2025, reconhece a ampliação do acesso aos serviços de saúde e o volume expressivo de ações desenvolvidas no município.

Entretanto, destaca que os dados evidenciam fragilidades importantes na organização do modelo assistencial, com predomínio de ações quantitativas em detrimento de avanços estruturantes, especialmente na coordenação do cuidado, integração da rede e consolidação de linhas de atenção.

Observa-se ainda inconsistências nos sistemas de informação, subnotificação de serviços relevantes e ausência de registros em áreas estratégicas, como a atenção psicossocial, comprometendo a fidedignidade dos dados e o planejamento em saúde.

No que se refere à rede de serviços, apesar de estruturada, mantém-se a dependência de serviços externos para média e alta complexidade, associada à baixa resolutividade local e fragilidade na oferta de ações em saúde mental.

A análise da Programação Anual de Saúde evidencia cumprimento parcial de metas, com desempenho limitado em ações estruturantes e de gestão, indicando necessidade de aprimoramento do planejamento e da execução.

No âmbito financeiro, embora o município cumpra o mínimo constitucional, o Conselho ressalta a elevada dependência de recursos federais e a necessidade de **ampliação do investimento com recursos próprios municipais**, especialmente para fortalecimento da rede, qualificação da assistência e redução de fragilidades estruturais.

Diante disso, o Conselho recomenda o fortalecimento do planejamento estratégico, a qualificação da gestão, a melhoria dos sistemas de informação e a ampliação dos investimentos municipais em saúde, visando maior resolutividade, sustentabilidade e qualidade na atenção à população.

Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:

O Conselho Municipal de Saúde, ao analisar as recomendações para o próximo exercício, destaca a pertinência das prioridades elencadas, especialmente no que se refere à qualificação da gestão, organização da rede e melhoria da qualidade da informação.

Entretanto, o Conselho ressalta que a superação dos nós críticos identificados exige **maior compromisso da gestão municipal com o financiamento da saúde**, sendo necessária a ampliação dos investimentos com recursos próprios, de forma a garantir condições adequadas para implementação das ações propostas.

Destaca-se a necessidade de priorizar investimentos na estruturação da Rede de Atenção Psicossocial, qualificação da Atenção Primária, fortalecimento das equipes de saúde e ampliação da oferta de serviços especializados, visando maior resolutividade no território.

O Conselho também aponta a importância de fortalecer os processos de monitoramento, avaliação e transparência, assegurando que as recomendações não se limitem ao planejamento, mas sejam efetivamente executadas e acompanhadas ao longo do exercício.

Diante disso, recomenda-se que a gestão municipal alinhe o planejamento às reais necessidades do território, com garantia de financiamento adequado, fortalecimento da rede de atenção e compromisso com a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados à população.

Status do Parecer: Aprovado

SELVÍRIA/MS, 21 de Abril de 2026

Conselho Municipal de Saúde de Selvíria

